

PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2026

CONTRATANTE (UASG)
(180185)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção, incluindo o fornecimento (aquisição) de aparelhos de ar-condicionado novos, destinados ao CPA/M-1 e CPC.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 380.179,02 (Trezentos e oitenta mil, cento e setenta e nove reais e dois centavos).

{ CPA/M-1 - R\$ 165.695,69 (Cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e nove centavos;

CPC - 214.483,33 (Duzentos e quatorze mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos.)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **12/05/2026 às 09h00** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO



Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	10
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	12
7. DA FASE DE JULGAMENTO	18
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	22
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	26
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	26
11. DOS RECURSOS	26
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	27
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.	32
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	33

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO

PAULO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DE AREA METROPOLITANA UM

UASG – 180.185

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

Processo Administrativo SEI nº 057.00152352/2026-13

Torna-se público que o(a) **Secretaria de Segurança Pública, por meio do Comando de Policiamento de Área Metropolitana 1, situado na Rua Vergueiro, 363, Liberdade – São Paulo – SP**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, do **Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023**, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022**, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é **Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção, incluindo o fornecimento (aquisição) de aparelhos de ar-condicionado novos, destinados ao CPA/M-1 e CPC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.



CPA/M-1 – Setor de Licitações e Contratos

Endereço: Rua Vergueiro, nº 363, bairro Liberdade, São Paulo/SP – CEP 01504-001

E-mail: cpam1uge@policiamilitar.sp.gov.br – Telefone (11) 3389-9025

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. Considerando o valor estimado do item 01 e 02 objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. No que concerne aos itens 3.5.2 e 3.5.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. **Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).**

3.10. **Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.**

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o **preço** até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos



termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte **ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133, de 2021](#), excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos [§§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado](#), conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.



4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.



- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. **Valor unitário e total do item**
 - 5.1.2. **Marca;**
 - 5.1.3. **Fabricante;**
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas



e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inc. IX, da Constituição Federal](#), e do art. 33, inc. X, da [Constituição do Estado de São Paulo](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.



6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de **valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de :

Item	Objeto/Demanda	Valor estimado	Intervalo mínimo entre lances
01	Serviço - CPA/M-1	R\$ 165.695,69	1%
02	Serviço - CPC	R\$ 214.483,33	1%

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.**

6.11.1. **A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.**

6.11.2. **A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.**



6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será



efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#). O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), na hipótese em que o objeto tenha valor



estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na [Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento](#);

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#), quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer **acima do preço** definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);



7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a [Lei nº 10.522, de 2002](#), no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da [Lei Complementar nº 225, de 2026](#).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.



7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.



7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.



8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na [Constituição Federal](#), nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo



identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único](#), c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 64](#)):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.



8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 2007](#) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.



9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico: cpam1uge@policiamilitar.sp.gov.br

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;



12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



12.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fundamento na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular **Processo administrativo (Anexo IV)**.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).



12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).



12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº](#)



12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): cpam1uge@policiamilitar.sp.gov.br



13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet (Portal Nacional de Compras Públicas), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).



CPA/M-1 – Setor de Licitações e Contratos

Endereço: Rua Vergueiro, nº 363, bairro Liberdade, São Paulo/SP – CEP 01504-001

E-mail: cpam1uge@policiamilitar.sp.gov.br – Telefone (11) 3389-9025

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante **A ASSINATURA DE TERMO DE CONTRATO** cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.



14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.10);

~~14.2.1.5.3. a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.~~

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (Cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.



14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico: cpam1uge@policiamilitar.sp.gov.br



14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. **ANEXO I - Termo de Referência (Serviço CPA/M-1);**

14.15.1.1. **Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar (Serviço CPA/M-1);**

14.16. **ANEXO II. – Termo de Referência (Serviço CPC);**

14.16.1. **Anexo II.1 – Estudo Técnico Preliminar (Serviço CPC);**

14.16.2. **ANEXO III – Minuta Termo de Contrato**

14.16.3. **ANEXO IV – Resolução SSP – 05/2026**

14.16.4. **ANEXO V – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;**

14.16.5. **ANEXO VI – Modelo(s) de Declaração(ões);**

14.16.6. **ANEXO VII – Modelos referentes à vistoria prévia;**

ALEXANDER MARQUES DA SILVA
Pregoeiro

São Paulo, na data da assinatura digital



ESP-COMANDO DE POLICIAME.ÁREA METROPOLITANA 1

Termo de Referência 16/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
16/2025	180185-ESP-COMANDO DE POLICIAME.ÁREA METROPOLITANA 1	DANIEL PAGANI ALVES VIANA	19/02/2026 09:52 (v 15.10)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		057.00054282/2026-39

1. Definição do objeto

1.1. será uma única contratação anual, referente aos SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA /CORRETIVA, HIGIENIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, nos locais descritos e planilha ilustrativa abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.1.1. SALA DO P3 (SEÇÃO OPERACIONAL):

1.1.1.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 30.000 (trinta mil) Btus/h;

1.1.1.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 13 (treze) metros de cobre, 1/2 mm;
- 13 (treze) metros de cobre, 3/4 mm;
- 17 (dezessete) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 17 (dezessete) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 26 (vinte e seis) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

1.1.2. SALAS DO P4 (SEÇÃO DE LOGÍSTICA), SALA DO CHEFE, INTENDÊNCIA E MATERIAL BÉLICO:

1.1.2.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 42.000 (quarenta e dois mil) Btus/h, MULTISPLIT; 1.1.2.1.1. sendo 01 (uma) condensadora com 02 (dois) compressores de 12.000 (doze mil) Btus/h e 01 (um) de 18.000 (dezoito mil) Btus/h, com 03 (três) evaporadoras individuais;

1.1.2.1.2. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 25 (vinte e cinco) metros de tubo cobre de 1/2 mm;
- 25 (vinte e cinco) metros de tubo cobre de 3/4 mm;
- 29 (vinte e nove) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 29 (vinte e nove) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 50 (cinquenta) metros de isotubo blindado, e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

1.1.3. AUDITÓRIO (SALÃO NOBRE):

1.1.3.1. a contratada deverá fazer a instalação de 02 (dois) novos ares condicionado de 30.000 (trinta mil) Btus/h;

1.1.3.1.1. tubulações, parte elétrica e dreno já existentes no local.

1.1.4. SALA DO NAPS (U.I.S):

1.1.4.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 9.000 (nove mil) Btus/h, Springer Midea;

1.1.4.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 02 (dois) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 02 (dois) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 06 (seis) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 06 (seis) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 04 (quatro) metros de isotubo blindado, e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

1.1.5. SALA MÉDICA (U.I.S):

1.1.5.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 12.000 (doze mil) Btus/h;

1.1.5.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 02 (dois) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 02 (dois) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 06 (seis) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 06 (seis) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 04 (quatro) metros isotubo blindado, e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

1.1.6. SALA DA U.G.E (UNIDADE GESTORA):

1.1.6.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 30.000 (trinta mil Btus/h);

1.1.6.1.1. tubulações, e parte elétrica já existentes no local.

1.1.7. MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA E REMANEJAMENTO:

1.1.7.1. a contratada deverá fazer a manutenção corretiva, de 01 (um) aparelho de ar condicionado Split ELGIN de 30.000 (trinta mil) Btus/h, instalado na P4 (SEÇÃO DE LOGÍSTICA, INTENDÊNCIA), sendo necessário a troca do compressor e recarga de gás;

1.1.7.1.1. a contratada deverá remanejar o aparelho acima supracitado para a seção P1 (SEÇÃO DE PESSOAL/ATUALIZAÇÃO);

1.1.7.1.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 20 (vinte) de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 40 (quarenta) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

1.1.7.2. A contratada deverá fazer a manutenção corretiva de 01 (um) aparelho de ar condicionado Split ELGIN de 24.000 (vinte quatro mil) Btus/h, instalado no (AUDITÓRIO – Ar condicionado N° 1), sendo necessário a troca do compressor e recarga de gás;

1.1.7.2.1. a contratada deverá remanejar o aparelho acima supracitado para a seção (DEJEM/DELEGADA);

1.1.7.2.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 13 (treze) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 13 (treze) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 17 (dezessete) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 17 (dezessete) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 26 (vinte e seis) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

1.1.7.3. A contratada deverá fazer a manutenção preventiva de 01 (um) aparelho de ar condicionado Split ELGIN de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h, instalado no (AUDITÓRIO – Ar condicionado N° 2), estando o mesmo em perfeito funcionamento;

1.1.7.3.1. a contratada deverá remanejar o aparelho acima supracitado para a seção C.P.J.M.D. (CONSELHO DE POLICIA JUDICIARIA MILITAR E DISCIPLINA);

1.1.7.3.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 40 (quarenta) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

1.1.7.4. A contratada deverá fazer a manutenção preventiva de 01 (um) aparelho de ar condicionado Split KOMECO de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h, instalado na UGE (UNIDADE GESTORA), estando o mesmo em perfeito funcionamento;
1.1.7.4.1. a contratada deverá remanejar o aparelho acima supracitado para a seção P1 (SEÇÃO DE PESSOAL);
1.1.7.4.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 40 (quarenta) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

1.1.7.5. a contratada deverá entregar todos os ares condicionado remanejados, com os devidos testes feitos e em perfeito funcionamento.

1.1.8. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E HIGIENIZAÇÃO:

1.1.8.1. a contratada deverá realizar a manutenção preventiva e higienização em 47 (quarenta e sete) máquinas, sendo:

- 20 (vinte) máquinas de imediato, já existentes;
- 27 (vinte e sete) máquinas após 06 (seis) meses.

1.1.9. MONTAGEM DE QUADRO ELÉTRICO COM DISTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL PARA 12 (DOZE) AR CONDICIONADO:

1.1.9.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 02 (dois) Quadros de distribuição em PVC de 24 (vinte e quatro) disjuntores, sendo:
- 01 (um) para sistema de proteção e 01 (um) para distribuição elétrica;
- 01 (um) Disjuntor DR tripolar de 63A;
- 01 (um) Disjuntor tripolar de 63A;
- 04 (quatro) DPS 30k 275 VCA;
- 12 (doze) Disjuntores bipolar de 25A;
- 02 (dois) Barramentos tripolares;
- 50 (cinquenta) Conectores genéricos;
- 70 (setenta) Conectores tubulares;
- 45 (quarenta e cinco) Eletro dutos em PVC 1/2;
- 135 (cento e trinta e cinco) Abraçadeiras;
- 300 (trezentos) metros de fio flexível de 2,5 mm;
- 300 (trezentos) metros de fio flexível de 4,0 mm;
- 300 (trezentos) metros de fio flexível de 6,0 mm;
- 50 (cinquenta) metros de fio flexível de 10,0 mm;
- 150 (cento e cinquenta) metros de fio flexível de 16,0 mm.

1.1.9.1.1. a base de cálculo do respectivo quadro de distribuição já inclui a fiação necessária para alimentação elétrica dos aparelhos supracitados neste Termo de Referência.

1.1.10. SEGUE A PLANILHA ILUSTRATIVA COM OS DEVIDOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

PLANILHA DE SERVIÇOS GERAIS			
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		COD. CONTABILIZA	CATMAT /SIPAC
INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA, HIGIENIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO CPA/M-1		219479 e 618526/300110 /458192	2771 e 64944951 /5307414 /6484972
LOCAIS DOS SERVIÇOS	TIPO DOS SERVIÇOS	TIPO DE APARELHOS	QUANTIDADE
SALA DO P3		Ar condicionado	

(SEÇÃO OPERACIONAL)	Aquisição/Instalação	de 30.000 (trinta mil) Btus/h	01
SALAS DO P4 (SEÇÃO DE LOGÍSTICA) (SALA DO CHEFE, INTENDÊNCIA E MATERIAL BÉLICO)	Aquisição/Instalação	Ar condicionado Multi Split de 42.000 (quarenta e dois mil) Btus/h sendo 01 (uma) condensadora com 02 (dois) compressores de 12.000 (doze mil) Btus/h e 01 (um) de 18.000 (dezoito mil) Btus/h, com 03 (três) evaporadoras individuais;	01
AUDITÓRIO (SALÃO NOBRE)	Aquisição/Instalação	Ar condicionado de 30.000 (trinta mil) Btus/h	02
SALA DA U.G.E. (UNIDADE GESTORA)	Aquisição/Instalação	Ar condicionado de 30.000 (trinta mil) Btus/h	01
SALA MÉDICA (U.I.S.)	Aquisição/Instalação	Ar condicionado de 12.000 (doze mil) Btus/h	01
SALA DO NAPS (U.I.S.)	Instalação	Ar condicionado de 9.000 (nove mil) Btus/h	01
SALA DO P4 (SEÇÃO DE LOGÍSTICA, INTENDÊNCIA)	Manutenção Corretiva sendo (troca do compressor /recarga de gás)	Ar condicionado ELGIN de 30.000 (trinta mil) Btus/h	01
AUDITÓRIO AR CONDICIONADO Nº 01 (UM)	Manutenção corretiva (troca do compressor e recarga de gás)	Ar condicionado ELGIN de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h	01
SALA DO P4	Remanejamento do aparelho para	Ar condicionado ELGIN de 30.000	01

(SEÇÃO DE LOGÍSTICA INTENDÊNCIA)	SALA DO P1	(trinta mil) Btus/h	
AUDITÓRIO AR CONDICIONADO Nº 01 (UM)	Remanejamento do aparelho para SALA DEJEM /DELEGADA	Ar condicionado ELGIN de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h	01
AUDITÓRIO AR CONDICIONADO Nº 02 (UM)	Remanejamento do aparelho para SALA C.P.J.M.D.	Ar condicionado ELGIN de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h	01
SALA U.G.E. (UNIDADE GESTORA)	Remanejamento do aparelho para SALA DO P1	Ar condicionado KOMECO de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h	01
TODAS AS SEÇÕES DO CPA/M-1	Manutenção Preventiva (higienização)	20 (vinte) máquinas de imediato, já existentes.	20
TODAS AS SEÇÕES DO CPA/M-1	Manutenção Preventiva (higienização)	27 (vinte e sete) máquinas após 06 (seis) meses.	27
CPA/M-1	Readequação da Rede Elétrica	Quadro elétrico com distribuição individual para 12 (doze) Ares Condicionado.	01
CPA/M-1	Fornecimento de laudo ART Emitido pelo Engenheiro Elétrico	Garantindo que os serviços foram iniciados e concluídos com os devidos cuidados	01
CPA/M-1	Aditivo	Para peças e recargas de gás não prevista.	01
ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS			63

1.1.11. os serviços objeto desta contratação são caracterizados Serviços de Instalação, Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Aquisição de aparelhos de Ar condicionado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar e apêndice deste Termo de Referência;

1.1.11.1. serão realizados os Serviços de Instalação, Manutenção Preventiva/Corretiva Higienização e Aquisição de aparelhos de Ar condicionado do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Um - CPA/M-1;

1..1.11.1.1. para a execução dos serviços, avaliar a melhor forma possível, visando minimizar os riscos de acidente e otimizar o andamento dos trabalhos.

2. Fundamentação da contratação

- 2.1. a fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 para execução em 2026.

3. Descrição da solução

- 3.1. a descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar e apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

- 4.1. a contratada deverá possuir técnicos treinados e ferramentas específicas para confecção e instalação dos equipamentos;
- 4.1.1. a empresa vencedora do certame, para efeito de assinatura do contrato, deverá comprovar vínculo empregatício, do profissional responsável indicado, por meio de cópia autenticada de carteira de trabalho, ficha de empregados, contrato social ou contrato particular de prestação de serviços.

4.2. subcontratação:

- 4.2.1. é admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
- 4.2.1.1. solicitada de forma antecipada e com o aval do Gestor do Contrato;
- 4.2.1.2. é vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação;
- 4.2.1.3. o contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

4.3. garantia da contratação:

- 4.3.1. será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. vistoria:

- 4.4.1. a avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 18:00 horas;
- 4.4.2. serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia;
- 4.4.3. para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria;
- 4.4.4. caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;
- 4.4.5. a não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. condições de execução:

- 5.1.1 a execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1.1. início da execução do objeto: 02 (dois) dias após a confecção da Nota de Empenho;
- 5.1.1.2. não poderão ser executados serviços sem consulta prévia e autorização do contratante;
- 5.1.1.3. todo transporte de equipamentos ou materiais deve ser realizado dentro das normas de segurança e por conta da contratada;
- 5.1.1.4. caberá somente ao contratante a suspensão de itens considerados desnecessários, os quais serão subtraídos do valor global;
- 5.1.1.5. os quantitativos apresentados neste Termo de Referência são estimativos, caberá à interessada levantar a relação minuciosa e dificuldades construtivas a serem observadas no local e incluí-las em seus custos;

5.1.1.6. na execução dos serviços poderão haver adaptações para a adoção de materiais com padrão comercial de produção. Neste caso deverão ser aprovadas pelo contratante eventuais alterações em relação ao termo apresentado;

5.1.1.7. todos os resíduos utilizados na Instalação, Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Readequação da Parte Elétrica de Aparelhos de Ar Condicionado, deverão ser convenientemente removidos e destinados a local apropriado por conta da contratada;

5.1.1.8. o local deve ser entregue limpo e com teste em todos os sistemas efetuados.

5.2. local da prestação dos serviços:

5.2.1. os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1.1. Comando de Policiamento de Área Metropolitana Um, situada na Rua Vergueiro, Nº 363, Bairro Liberdade, São Paulo.

5.3. materiais a serem disponibilizados:

5.3.1. a contratada disponibilizará de todo material e mão de obra necessário, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

5.4. especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei Nº 14.133, de 2021):

5.4.1. o prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. as comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. o órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. fiscalização:

6.6.1. a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. fiscalização técnica:

6.7.1. o fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.2 o fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.3. identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

6.7.4. o fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.7.5. no caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.7.6. o fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. fiscalização administrativa:

6.8.1. o fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto Nº 11.246, de 2022);

6.8.2. caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.9. gestor do contrato:

- 6.9.1. o gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);
- 6.9.2. o gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, II);
- 6.9.3. o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, III);
- 6.9.4. o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);
- 6.9.5. o gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, X);
- 6.9.6. o gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);
- 6.9.7. o gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

7.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

7.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. do recebimento:

7.2.1. o serviço será considerado efetivamente concluído quando for emitido o termo de recebimento definitivo dos serviços previstos para aquela contratação;

7.2.2. o contratado também apresentará ao término do serviço, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso;

7.2.3. os serviços serão recebidos provisoriamente, no próximo dia útil após a conclusão dos serviços supracitados, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei Nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto Nº 11.246, de 2022);

7.2.4. o prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

7.2.5. o fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto Nº 11.246, de 2022);

7.2.6. o fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto Nº 11.246, de 2022);

7.2.7. o fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

7.2.8. para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.2.9. será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.2.10. o contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à

fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.2.11. a fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei Nº 14133, de 2021);

7.2.12. o recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.2.13. os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

7.2.14. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.2. os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.2.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto Nº 11.246, de 2022);

7.2.2.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.2.2.3. emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.2.2.4. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

7.2.2.5. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.3. no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.4. nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.5. o recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. liquidação:

7.3.1. recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022:

7.3.1.1. o prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Nº 14.133, de 2021.

7.3.2. para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3. havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.3.4. a Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Nº 14.133/2021.

7.3.5. a administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.3.6. constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.3.7. não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.8. persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.3.9. havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4. prazo de pagamento:

7.4.1. o pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77, de 2022.

7.4.2. no caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice previsto em lei, de correção monetária.

7.5. forma de pagamento:

7.5.1. o pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.2. será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.3. quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável:

7.5.3.1. independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.4. o contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. cessão de crédito:

7.6.1. é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME Nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico:

7.6.1.1. as cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante;

7.6.1.2. a eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

7.6.1.3. sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei Nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

7.6.1.4. o crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração;

7.6.1.5. a cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1. forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1.1. o fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação com disputa eletrônica,

conforme Art. 2º, inciso III, combinado com os artigos 08, 09 e 10, todos do DECRETO Nº 68.304, DE 9 DE JANEIRO DE 2024.

8.2. regime de execução:

8.2.1. o regime de execução do contrato será de 60 (sessenta) dias corridos, sendo de empreitada por preço global, cuja contratação da execução da obra ou serviço será por preço certo e total.

8.3. critérios de aceitabilidade de preços:

8.3.1. o licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei Nº 14.133/2021).

8.3.2. para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de preço global, cuja contratação da execução da obra ou do serviço será por preço certo total o critério de aceitabilidade de preços será:

8.3.2.1. valor global: conforme valor estimado da licitação;

8.3.2.2. custos unitários relevantes: itens.

8.4. exigências de habilitação:

8.4.1. para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.4.1.1. habilitação jurídica:

8.4.1.1.1. **pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4.1.1.2. **empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4.1.1.3. **microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.4.1.1.4. **sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.1.1.5. **sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME Nº 77, de 18 de março de 2020;

8.4.1.1.6. **sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4.1.1.7. **filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

8.4.1.2. habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.4.1.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.1.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta Nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.4.1.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.1.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.1.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.1.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.1.2.7. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.1.2.8. o fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.1.3. qualificação econômico-financeira:

8.4.1.3.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME Nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

- 8.4.1.3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.4.1.3.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.4.1.3.4. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 01 (um);
- 8.4.1.3.5. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.4.1.4. os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.
- 8.4.1.5. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.4.1.6. as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei Nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 165.695,69

- 9.1. a estimativa de preço foi realizada conforme o Art. 23, §1º, Inciso IV da Lei 14.133/21, que dispõe de pesquisa direta com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;
- 9.1.1. localizadas as empresas por meio de busca pela web, seguindo os requisitos mínimos conforme Art. 23, §1º, Inciso IV da Lei 14.133/21.
- 9.2. e-mail solicitando orçamentos - ANEXO I com empresas situadas abaixo:
- 9.2.1. orçamento - Empresa: POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA;
- 9.2.2. orçamento - Empresa: CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;
- 9.2.3. orçamento - Empresa: LEO ENGENHARIA ELÉTRICA E SERVIÇOS LTDA.
- 9.3. memória de cálculo realizada conforme relatório de pesquisa de preços realizado no portal compras.gov.br, deste Termo de Referência tem o valor de R\$ 165.695,69 (cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e nove centavos) condizentes com tabela abaixo e ANEXO II:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	COD. CONTABILIZA	CATMAT /SIPAC	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL DE SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS	VALOR GLOBAL
Instalação, Manutenção Preventiva /Corretiva, Higienização e Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado	219479 e 618526/300110 /458192	2771 e 6494951 /5307414 /6484972	UNIDADE	01	R\$ 165.695,69

10. Adequação orçamentária

- 10.1. o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 para execução em 2026.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIEL PAGANI ALVES VIANA

Sd PM - Conferente de Projetos



Assinou eletronicamente em 19/02/2026 às 08:04:06.

GILSON APARECIDO MARCELINO

1º Sgt PM - Fiscal de Contratos



Assinou eletronicamente em 19/02/2026 às 08:33:51.

JULIO ZEFERINO LOPES

Cap PM - Gestor de Contratos



Assinou eletronicamente em 19/02/2026 às 09:52:50.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 01 - E-mail com a Solicitacao de Atualizacao de Orcamentos (Ar Condicionado).pdf (138.2 KB)
- Anexo II - 05 - Pesquisa de Preco N 040.2025.pdf (90.97 KB)



**Solicitação de Atualização de Orçamentos
Referente aos serviços de Instalação ,
Manutenção Preventiva /Corretiva, Higienização e
Readequação da parte Elétrica de Aparelhos de
Ar Condicionado do (CPA/M-1)**

CPAM1P4 para: polotechrefriger
a, acaoeseuranc

02/02/2026 17:36

Enviado por: **DANIEL PAGANI
ALVES VIANA**

De: CPAM1P4/PMESP/BR

Para: polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com, jlmengeletrica@gmail.com,
crclim2017@gmail.com

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

E-MAIL Nº CPA/M1- 070/12/26

Do Fiscal de Contratos do CPA/M1

A Empresas interessadas.

Assunto: Solicitação de Atualização de Orçamentos Referente aos serviços de Instalação,
Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Readequação da parte Elétrica de Aparelhos de Ar
Condicionado do (CPA/M-1).

Boa tarde, solicito que sejam atualizados os orçamentos apresentados no mês de MARÇO de 2025 para o mês de FEVEREIRO de 2026, referente aos serviços de Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Readequação da parte Elétrica de Aparelhos de Ar Condicionado do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Um, (CPA/M-1), esclareço que a necessidade da atualização é que os orçamentos apresentados foram emitidos a mais de 180 (cento e oitenta) dias não sendo possível validar a proposta conforme o Art. 23, §1º, Inciso IV da Lei Nº 14.133/21.



DANIEL PAGANI ALVES VIANA

Sd PM - Aux. de Setor de Logística.

Fones: (11) 3389 - 9010.

Rua Vergueiro, 363, Liberdade, São Paulo, SP.

CEP. 01504-001



Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
40/2025	180185	Concluída	DANIEL PAGANI ALVES VIANA

Título: Inst. Man. Corretiva/Preventiva e Aquisições de Aparelhos de Ar Condicionado

Observações:

Total de itens cotados: 4 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 165.695,6932

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
2020 - Ar condicionado - instalação/montagem/desmontagem /remoção - (parede / sistemas)	UNIDADE	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<input checked="" type="radio"/> Média	Mediana
R\$ 98.869,0000	R\$ 106.096,1833	R\$ 101.464,0000
Coeficiente de Variação: 7,9668%		
Desvio Padrão: 8.452,4923		
Maior Preço: R\$ 117.955,5500		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO - Fornecedor	1		R\$ 117.955,5500	11/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

42.197.672/0001-89

Endereço Eletrônico

crclim2017@gmail.com

Data da Cotação

11/02/2026

Hora da Cotação

16:35

Validade da Cotação

31/07/2026

Contato

Tel : (11) 98247-5069, E-mail : crclim2017@gmail.com

Informações Adicionais

-

Anexos

03 - Orçamento N° 02 - CR CLIM..pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 101.464,0000	11/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

24.987.557/0001-26

Endereço Eletrônico

polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com

Data da Cotação

11/02/2026

Hora da Cotação

16:53

Validade da Cotação

31/07/2026

Contato

Tel : (11) 93003-8759, E-mail : polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com

Informações Adicionais

-

Anexos

02 - Orçamento N° 01 - POLOTECH..pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	LEO ENGENHARIA EL ÉTRICA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 98.869,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

41.083.281/0001-70

Endereço Eletrônico

jlmengeletrica@gmail.com

Data da Cotação

12/02/2026

Hora da Cotação

10:56

Validade da Cotação

31/07/2026

Contato

Tel : (11) 97016-6134, E-mail : jlmengeletrica@gmail.com

Informações Adicionais

-

Anexos

04 - Orçamento N° 03 - LEO ENGENHARIA..pdf

- Legenda:**
- ▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 - i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
618526 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Hi Wall , Modelo: Split Inverter , Capacidade Refrigeração: 30.000 BTU/H, Tensão: 220 V, Freqüência: 60 HZ, Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio , Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Quente/Frio, Selo Procel , Garantia: 1 AN	Unidade	4
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 8.525,7500	R\$ 8.708,5833	R\$ 8.600,0000
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 2,3917%		
Desvio Padrão: 208,2803		
Maior Preço: R\$ 9.000,0000		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO - Fornecedor	4		R\$ 8.600,0000	12/02/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
42.197.672/0001-89		-	crclim2017@gmail.com				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
12/02/2026		6:15	31/07/2026				
Contato		Informações Adicionais					
Tel : (11) 98247-5069, E-mail : crclim2017@gmail.com		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA - Fornecedor	4		R\$ 8.525,7500	12/02/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo		Endereço Eletrônico			
24.987.557/0001-26		-		polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com			
Data da Cotação		Hora da Cotação		Validade da Cotação			
12/02/2026		6:21		31/07/2026			
Contato		Informações Adicionais					
Tel : (11) 93003-8759, E-mail : polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com		-					
Anexos		-					

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	LEO ENGENHARIA EL ÉTRICA LTDA - Fornecedor	4		R\$ 9.000,0000	12/02/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo		Endereço Eletrônico			
41.083.281/0001-70		-		jlmengeletrica@gmail.com			
Data da Cotação		Hora da Cotação		Validade da Cotação			
12/02/2026		6:29		31/07/2026			
Contato		Informações Adicionais					
Tel : (11) 97016-6134, E-mail : jlmengeletrica@gmail.com		-					
Anexos							
-							

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
300110 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split , Modelo: Parede /Teto , Capacidade Refrigeração: 42.000 BTU/H, Tensão: 220 V, Freqüência: 60 HZ, Características Adicionais: Refrigera/Ventila /Desumidifica/Controle Remoto/Tim , Consumo: 5.100	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 19.900,0000	R\$ 20.632,5100	R\$ 20.997,5300
Coeficiente de Variação: 2,5104% Desvio Padrão: 517,9638 Maior Preço: R\$ 21.000,0000		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
 Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO - Fornecedor	1		R\$ 19.900,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

Marca/modelo

Endereço Eletrônico

42.197.672/0001-89

-

crclim2017@gmail.com

Data da Cotação

Hora da Cotação

Validade da Cotação

12/02/2026

6:49

31/07/2026

Contato

Informações Adicionais

Tel : (11) 98247-5069, E-mail : crclim2017@gmail.com

-

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 20.997,5300	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

Marca/modelo

Endereço Eletrônico

24.987.557/0001-26

-

polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com

Data da Cotação

Hora da Cotação

Validade da Cotação

12/02/2026

6:51

31/07/2026

Contato

Informações Adicionais

Tel : (11) 93003-8759, E-mail : polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com



-

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	LEO ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 21.000,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
41.083.281/0001-70	-	jlmengeletrica@gmail.com
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
12/02/2026	6:54	31/07/2026
Contato	Informações Adicionais	
Tel : (11) 97016-6134, E-mail : jlmengeletrica@gmail.com	-	
Anexos	-	

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
458192 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Hi Wall , Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU, Tensão: 220 V, Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Inverter	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 3.500,0000	R\$ 4.132,6667	R\$ 3.500,0000
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 21,6501% Desvio Padrão: 894,7258 Maior Preço: R\$ 5.398,0000		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO - Fornecedor	1		R\$ 3.500,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
42.197.672/0001-89	-	crclim2017@gmail.com
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
12/02/2026	7:02	31/07/2026
Contato	Informações Adicionais	
Tel : (11) 98247-5069, E-mail : crclim2017@gmail.com	-	
Anexos	-	

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 5.398,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
24.987.557/0001-26	-	polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
12/02/2026	7:05	31/07/2026
Contato	Informações Adicionais	
Tel : (11) 93003-8759, E-mail : polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail. - com		
Anexos		
-		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	LEO ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 3.500,0000	12/02/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo		Endereço Eletrônico			
41.083.281/0001-70		-		jlmengeletrica@gmail.com			
Data da Cotação		Hora da Cotação		Validade da Cotação			
12/02/2026		7:08		31/07/2026			
Contato		Informações Adicionais					
Tel : (11) 97016-6134, E-mail : jlmengeletrica@gmail.com		-					
Anexos							
-							

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 19/02/2026 07:51

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre (X-μ)², onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

ESP-COMANDO DE POLÍCIAME.ÁREA METROPOLITANA 1

Estudo Técnico Preliminar 18/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00054282/2026-39

2. Descrição da necessidade

2.1. a Polícia Militar do Estado de São Paulo visa a contratação de empresa especializada em Serviços de Instalação, Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado;

2.1.1. ressaltar que a falta de manutenção pode ocasionar devidos problemas, o uso contínuo dos equipamentos no dia a dia acumulam poeira, partículas e outros contaminantes que podem afetar a saúde de todos os Policiais Militares e demais usuários, a limpeza regular (higienização), remove esses resíduos, melhorando a qualidade do ar e reduzindo os riscos de alergias, doenças respiratórias e irritações nos olhos.

2.1.2. reitero que a Lei 13.589, torna obrigatória a manutenção de Ar Condicionado em prédios públicos e privados coletivos (não residenciais) a cada 06 (seis) meses.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Comando de Policiamento de Área Metropolitana Um - CPA/M-1	Cap PM Júlio Zeferino Lopes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. trata-se de processo licitatório para contratação de serviços em geral, conforme Art. 4º, §1º Inciso I, da Lei 14.133/21, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. a contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.2.1. se necessário, deverá refazer os serviços até que sejam sanados os problemas, no prazo fixado neste Estudo Técnico Preliminar, ou se constatado serviços mau executados;

4.2.2. deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitaram o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.2.3. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5. Levantamento de Mercado

5.1. a estimativa de preço foi realizada conforme o Art. 23, §1º, Inciso IV da Lei 14.133/21, que dispõe de pesquisa direta com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

5.1.1. localizadas as empresas por meio de busca pela web, seguindo os requisitos mínimos conforme Art. 23, §1º, Inciso IV da Lei 14.133/21.

- 5.2. e-mail solicitando orçamentos - ANEXO I com empresas situadas abaixo:
- 5.2.1. orçamento - Empresa: POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA;
- 5.2.2. orçamento - Empresa: CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO;
- 5.2.3. orçamento - Empresa: LEO ENGENHARIA ELÉTRICA E SERVIÇOS LTDA.
- 5.3. memória de calculo realizada conforme relatório de pesquisa de preços realizado no portal compras.gov.br.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. a contratação de empresa especializada em Serviços de Instalação, Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Aquisições de Aparelhos de Ar Condicionado trata-se de situação necessária, tendo em vista não existir em nosso quadro, profissional capacitado e habilitado para execução deste serviço.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1.1. SALA DO P3 (SEÇÃO OPERACIONAL):

7.1.1.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 30.000 (trinta mil) Btus/h;

7.1.1.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 13 (treze) metros de cobre, 1/2 mm;
- 13 (treze) metros de cobre, 3/4 mm;
- 17 (dezesete) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 17 (dezesete) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 26 (vinte e seis) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

7.1.2. SALAS DO P4 (SEÇÃO DE LOGÍSTICA), SALA DO CHEFE, INTENDÊNCIA E MATERIAL BÉLICO:

7.1.2.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 42.000 (quarenta e dois mil) Btus/h, MULTISPLIT;

7.1.2.1.1. sendo 01 (uma) condensadora com 02 (dois) compressores de 12.000 (doze mil) Btus/h e 01 (um) de 18.000 (dezoito mil) Btus/h, com 03 (três) evaporadoras individuais;

7.1.2.1.2. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 25 (vinte e cinco) metros de tubo cobre de 1/2 mm;
- 25 (vinte e cinco) metros de tubo cobre de 3/4 mm;
- 29 (vinte e nove) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 29 (vinte e nove) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 50 (cinquenta) metros de isotubo blindado, e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

7.1.3. AUDITÓRIO (SALÃO NOBRE):

7.1.3.1. a contratada deverá fazer a instalação de 02 (dois) novos ares condicionado de 30.000 (trinta mil) Btus/h;

7.1.3.1.1. tubulações, parte elétrica e dreno já existentes no local.

7.1.4. SALA DO NAPS (U.I.S):

7.1.4.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 9.000 (nove mil) Btus/h, Springer Midea;

7.1.4.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 02 (dois) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 02 (dois) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 06 (seis) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 06 (seis) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 04 (quatro) metros de isotubo blindado, e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

7.1.5. SALA MÉDICA (U.I.S):

7.1.5.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 12.000 (doze mil) Btus/h;

7.1.5.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 02 (dois) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;

- 02 (dois) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 06 (seis) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 06 (seis) metros de cano 3/4 mm; destinados ao dreno;
- 04 (quatro) metros isotubo blindado, e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

7.1.6. SALA DA U.G.E (UNIDADE GESTORA):

7.1.6.1. a contratada deverá fazer a instalação de 01 (um) ar condicionado de 30.000 (trinta mil Btus/h);

7.1.6.1.1. tubulações, e parte elétrica já existentes no local.

7.1.7. MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA E REMANEJAMENTO:

7.1.7.1. a contratada deverá fazer a manutenção corretiva de 01 (um) aparelho de ar condicionado Split EIGIN de 30.000 (trinta mil) Btus/h, instalado na P4 (SEÇÃO DE LOGÍSTICA, INTENDÊNCIA), sendo necessário a troca do compressor e recarga de gás;

7.1.7.1.1. a contratada deverá remanejar o aparelho acima supracitado para a seção P1 (SEÇÃO DE PESSOAL/ATUALIZAÇÃO);

7.1.7.1.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 20 (vinte) de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 40 (quarenta) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

7.1.7.2. a contratada deverá fazer a manutenção corretiva de 01 (um) aparelho de ar condicionado Split ELGIN de 24.000 (vinte quatro mil) Btus/h, instalado no (AUDITÓRIO – Ar condicionado N° 1), sendo necessário a troca do compressor e recarga de gás;

7.1.7.2.1. a contratada deverá remanejar o aparelho acima supracitado para a seção (DEJEM/DELEGADA);

7.1.7.2.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 13 (treze) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 13 (treze) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 17 (dezesete) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 17 (dezesete) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 26 (vinte e seis) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

7.1.7.3. a contratada deverá fazer a manutenção preventiva de 01 (um) aparelho de ar condicionado Split ELGIN de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h, instalado no (AUDITÓRIO – Ar condicionado N° 2), estando o mesmo em perfeito funcionamento;

7.1.7.3.1. a contratada deverá remanejar o aparelho acima supracitado para a seção C.P.J.M.D. (CONSELHO DE POLICIA JUDICIARIA MILITAR E DISCIPLINA);

7.1.7.3.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 40 (quarenta) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

7.1.7.4. a contratada deverá fazer a manutenção preventiva de 01 (um) aparelho de ar condicionado Split KOMEKO de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h, instalado na UGE (UNIDADE GESTORA), estando o mesmo em perfeito funcionamento;

7.1.7.4.1. a contratada deverá remanejar o aparelho acima supracitado para a seção P1 (SEÇÃO DE PESSOAL);

7.1.7.4.1.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 1/4 mm;
- 20 (vinte) metros de tubo de cobre de 3/8 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cabo PP 5x2,5 mm;
- 24 (vinte e quatro) metros de cano 3/4 mm, destinados ao dreno;
- 40 (quarenta) metros de isotubo blindado; e acabamentos necessários (fitas PVC, Silver Tape e abraçadeiras).

7.1.8. a contratada deverá entregar todos os ares condicionado remanejados, com os devidos testes feitos e em perfeito funcionamento.

7.1.9. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E HIGIENIZAÇÃO:

7.1.9.1. a contratada deverá realizar a manutenção preventiva e higienização em 47 (quarenta e sete) máquinas, sendo:

- 20 (vinte) máquinas de imediato, já existentes;
- 27 (vinte e sete) máquinas após 06 (seis) meses.

7.1.10. MONTAGEM DE QUADRO ELÉTRICO COM DISTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL PARA 12 (DOZE) AR CONDICIONADO:

7.1.10.1. para os devidos serviços, foram utilizados como base de cálculo os seguintes materiais:

- 02 (dois) Quadros de distribuição em PVC de 24 (vinte e quatro) disjuntores, sendo:
- 01 (um) para sistema de proteção e 01 (um) para distribuição elétrica;
- 01 (um) Disjuntor DR tripolar de 63A;
- 01 (um) Disjuntor tripolar de 63A;
- 04 (quatro) DPS 30k 275 VCA;
- 12 (doze) Disjuntores bipolar de 25A;
- 02 (dois) Barramentos tripolares;
- 50 (cinquenta) Conectores genéricos;
- 70 (setenta) Conectores tubulares;
- 45 (quarenta e cinco) Eletro dutos em PVC 1/2;
- 135 (cento e trinta e cinco) Abraçadeiras;
- 300 (trezentos) metros de fio flexível de 2,5 mm;
- 300 (trezentos) metros de fio flexível de 4,0 mm;
- 300 (trezentos) metros de fio flexível de 6,0 mm;
- 50 (cinquenta) metros de fio flexível de 10,0 mm;
- 150 (cento e cinquenta) metros de fio flexível de 16,0 mm.

7.1.10.1.1. a base de cálculo do respectivo quadro de distribuição já inclui a fiação necessária para alimentação elétrica dos aparelhos supracitados neste Estudo Técnico Preliminar.

7.1.11. ADITIVO PARA PEÇAS NÃO PREVISTAS:

7.1.11.1. a contratada deverá colocar em seu devido custo, um aditivo de R\$2.000,00 (dois mil reais), para peças e possíveis recargas de gás não estimadas. Caso não seja necessário, esse aditivo será feito uma glosa do valor total ou parcial.

7.1.12. SEGUE A PLANILHA ILUSTRATIVA COM OS DEVIDOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

PLANILHA DE SERVIÇOS GERAIS			
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		COD. CONTABILIZA	CATMAT /SIPAC
INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA, HIGIENIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO CPA/M-1		219479 e 618526/300110 /458192	2771 e 64944951 /5307414 /6484972
LOCAIS DOS SERVIÇOS	TIPO DOS SERVIÇOS	TIPO DE APARELHOS/OBSERVAÇÕES	QUANTIDADE
SALA DO P3 (SEÇÃO OPERACIONAL)	Aquisição /Instalação	Ar condicionado de 30.000 (trinta mil) Btus/h	01
SALAS DO P4 (SEÇÃO DE LOGÍSTICA)	Aquisição /Instalação	Ar condicionado Multi Split de 42.000 (quarenta e dois mil) Btus/h sendo 01 (uma) condensadora com 02 (dois) compressores de 12.000 (doze mil) Btus/h e 01 (um) de	01

(SALA DO CHEFE, INTENDÊNCIA E MATERIAL BÉLICO)		18.000 (dezoito mil) Btus/h, com 03 (três) evaporadoras individuais;	
AUDITÓRIO (SALÃO NOBRE)	Aquisição /Instalação	Ar condicionado de 30.000 (trinta mil) Btus/h	02
SALA DA U.G.E. (UNIDADE GESTORA)	Aquisição /Instalação	Ar condicionado de 30.000 (trinta mil) Btus/h	01
SALA MÉDICA (U.I.S.)	Aquisição /Instalação	Ar condicionado de 12.000 (doze mil) Btus/h	01
SALA DO NAPS (U.I.S.)	Instalação	Ar condicionado de 9.000 (nove mil) Btus/h	01
SALA DO P4 (SEÇÃO DE LOGÍSTICA, INTENDÊNCIA)	Manutenção Corretiva sendo (troca do compressor /recarga de gás)	Ar condicionado ELGIN de 30.000 (trinta mil) Btus/h	01
AUDITÓRIO AR CONDICIONADO Nº 01 (UM)	Manutenção corretiva (troca do compressor e recarga de gás)	Ar condicionado ELGIN de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h	01
SALA DO P4 (SEÇÃO DE LOGÍSTICA INTENDÊNCIA)	Remanejamento do aparelho para SALA DO P1	Ar condicionado ELGIN de 30.000 (trinta mil) Btus/h	01
	Remanejamento		

AUDITÓRIO AR CONDICIONADO Nº 01 (UM)	do aparelho para SALA DEJEM /DELEGADA	Ar condicionado ELGIN de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h	01
AUDITÓRIO AR CONDICIONADO Nº 02 (UM)	Remanejamento do aparelho para SALA C.P.J.M.D.	Ar condicionado ELGIN de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h	01
SALA U.G.E. (UNIDADE GESTORA)	Remanejamento do aparelho para SALA DO P1	Ar condicionado KOMECO de 24.000 (vinte e quatro mil) Btus/h	01
TODAS AS SEÇÕES DO CPA/M-1	Manutenção Preventiva (higienização)	20 (vinte) máquinas de imediato, já existentes.	20
TODAS AS SEÇÕES DO CPA/M-1	Manutenção Preventiva (higienização)	27 (vinte e sete) máquinas após 06 (seis) meses.	27
CPA/M-1	Readequação da Rede Elétrica	Quadro elétrico com distribuição individual para 12 (doze) Ares Condicionado.	01
CPA/M-1	Fornecimento de laudo ART Emitido pelo Engenheiro Elétrico	Garantindo que os serviços foram iniciados e concluídos com os devidos cuidados	01
CPA/M-1	Aditivo	Para peças e recargas de gás não prevista.	01
ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS			63

7.13. LIMPEZA DO LOCAL:

7.13.1. os locais deverão ser entregues completamente limpos, interna e externamente, com todos os aparelhos de ares condicionado em perfeito funcionamento;

7.13.2. será removido todo entulho proveniente do serviço, sendo cuidadosamente limpos e varridos todos os acessos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 165.695,69

8.1. realizada conforme Relatório de Pesquisa de Preços realizado no portal compras.gov.br, deste Estudo Técnico Preliminar tem o valor de R\$ 165.695,69 (cento e sessenta e cinco mil, seiscentos e noventa e cinco reais e sessenta e nove centavos) condizentes com tabela abaixo:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	COD. CONTABILIZA	CATMAT /SIPAC	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE TOTAL DE SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS	VALOR GLOBAL
Instalação, Manutenção Preventiva /Corretiva, Higienização e Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado	219479 e 618526/300110 /458192	2771 e 6494951 /5307414 /6484972	UNIDADE	01	R\$ 165.695,69

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. não é de interesse da instituição dividir o serviço por itens, mas é de extrema relevância para este CPA que apenas uma empresa ganhe a licitação do serviços de Instalação, Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Aquisição de aparelhos de Ar Condicionado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. não há contratações correlatadas.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. há previsão de custo no Plano Anual de Contratações de 2025 para execução em 2026 para este serviço.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. os Serviços de Instalações, Manutenções Preventivas/Corretivas, Higienização e Aquisição de aparelhos de Ar Condicionado, são benéficas para o ambiente administrativo visando a qualidade do ar interno para todos os Policiais Militares e demais usuários. Ressalto que a higienização dos aparelhos, são de suma importância para remoção das impurezas e resíduos que são prejudiciais a saúde, reduzindo os riscos de alergias, doenças respiratórias e irritações nos olhos, assim evitando quaisquer danos ao efetivo.

12.2. a presente contratação proporcionará o melhor funcionamento e aumento da durabilidade, prolongando a vida útil dos aparelhos de Ar Condicionado.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. não haverá necessidade de serem adotadas medidas diferentes da rotina habitual da Organização Militar, pois se trata de contratação de serviços de Instalação, Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Aquisição de aparelhos de Ar Condicionado, sendo de fácil execução e acompanhamento, cuja situação não envolve emprego de mão de obra de nosso pessoal.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. não há impactos ambientais. O serviço se trata de Instalação, Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Aquisição de aparelhos de Ar Condicionado do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Um - CPA/M-1.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. esta equipe de planejamento declara totalmente viável a contratação baseada neste Estudo Técnico Preliminar, sendo benéfico e primordial para a administração Pública, levando em conta a saúde e salubridade do ambiente do trabalho policial.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DANIEL PAGANI ALVES VIANA

Sd PM - Conferente de Projetos



Assinou eletronicamente em 19/02/2026 às 07:54:47.

GILSON APARECIDO MARCELINO

1º Sgt PM - Fiscal de Contratos



Assinou eletronicamente em 19/02/2026 às 08:32:32.

JULIO ZEFERINO LOPES

Cap PM - Gestor de Contratos



Assinou eletronicamente em 19/02/2026 às 09:51:11.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 01 - E-mail com a Solicitação de Atualização de Orçamentos (Ar Condicionado).pdf (138.2 KB)
- Anexo II - 05 - Pesquisa de Preço Nº 040.2025.pdf (90.97 KB)



**Solicitação de Atualização de Orçamentos
Referente aos serviços de Instalação ,
Manutenção Preventiva /Corretiva, Higienização e
Readequação da parte Elétrica de Aparelhos de
Ar Condicionado do (CPA/M-1)**

CPAM1P4 para: polotechrefriger
a, acaoeseuranc

02/02/2026 17:36

Enviado por: **DANIEL PAGANI
ALVES VIANA**

De: CPAM1P4/PMESP/BR

Para: polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com, jlmengeletrica@gmail.com,
crclim2017@gmail.com

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

São Paulo, 02 de fevereiro de 2026.

E-MAIL Nº CPA/M1- 070/12/26

Do Fiscal de Contratos do CPA/M1

A Empresas interessadas.

Assunto: Solicitação de Atualização de Orçamentos Referente aos serviços de Instalação,
Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Readequação da parte Elétrica de Aparelhos de Ar
Condicionado do (CPA/M-1).

Boa tarde, solicito que sejam atualizados os orçamentos apresentados no mês de MARÇO de 2025 para o mês de FEVEREIRO de 2026, referente aos serviços de Manutenção Preventiva/Corretiva, Higienização e Readequação da parte Elétrica de Aparelhos de Ar Condicionado do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Um, (CPA/M-1), esclareço que a necessidade da atualização é que os orçamentos apresentados foram emitidos a mais de 180 (cento e oitenta) dias não sendo possível validar a proposta conforme o Art. 23, §1º, Inciso IV da Lei Nº 14.133/21.



DANIEL PAGANI ALVES VIANA

Sd PM - Aux. de Setor de Logística.

Fones: (11) 3389 - 9010.

Rua Vergueiro, 363, Liberdade, São Paulo, SP.

CEP. 01504-001



Relatório de pesquisa de preço

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
40/2025	180185	Concluída	DANIEL PAGANI ALVES VIANA

Título: Inst. Man. Corretiva/Preventiva e Aquisições de Aparelhos de Ar Condicionado

Observações:

Total de itens cotados: 4 **Valor total da pesquisa de preços:** R\$ 165.695,6932

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
2020 - Ar condicionado - instalação/montagem/desmontagem /remoção - (parede / sistemas)	UNIDADE	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	<input checked="" type="radio"/> Média	Mediana
R\$ 98.869,0000	R\$ 106.096,1833	R\$ 101.464,0000
Coeficiente de Variação: 7,9668%		
Desvio Padrão: 8.452,4923		
Maior Preço: R\$ 117.955,5500		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO - Fornecedor	1		R\$ 117.955,5500	11/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

42.197.672/0001-89

Endereço Eletrônico

crclim2017@gmail.com

Data da Cotação

11/02/2026

Hora da Cotação

16:35

Validade da Cotação

31/07/2026

Contato

Tel : (11) 98247-5069, E-mail : crclim2017@gmail.com

Informações Adicionais

-

Anexos

03 - Orçamento N° 02 - CR CLIM..pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 101.464,0000	11/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

24.987.557/0001-26

Endereço Eletrônico

polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com

Data da Cotação

11/02/2026

Hora da Cotação

16:53

Validade da Cotação

31/07/2026

Contato

Tel : (11) 93003-8759, E-mail : polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com

Informações Adicionais

-

Anexos

02 - Orçamento N° 01 - POLOTECH..pdf

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	LEO ENGENHARIA EL ÉTRICA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 98.869,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

41.083.281/0001-70

Endereço Eletrônico

jlmengeletrica@gmail.com

Data da Cotação

12/02/2026

Hora da Cotação

10:56

Validade da Cotação

31/07/2026

Contato

Tel : (11) 97016-6134, E-mail : jlmengeletrica@gmail.com

Informações Adicionais

-

Anexos

04 - Orçamento N° 03 - LEO ENGENHARIA..pdf

- Legenda:**
- ▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 - i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2



Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
618526 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Hi Wall , Modelo: Split Inverter , Capacidade Refrigeração: 30.000 BTU/H, Tensão: 220 V, Freqüência: 60 HZ, Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio , Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Quente/Frio, Selo Procel , Garantia: 1 AN	Unidade	4
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	● Média	Mediana
R\$ 8.525,7500	R\$ 8.708,5833	R\$ 8.600,0000
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 2,3917%		
Desvio Padrão: 208,2803		
Maior Preço: R\$ 9.000,0000		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO - Fornecedor	4		R\$ 8.600,0000	12/02/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
42.197.672/0001-89		-	crclim2017@gmail.com				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
12/02/2026		6:15	31/07/2026				
Contato		Informações Adicionais					
Tel : (11) 98247-5069, E-mail : crclim2017@gmail.com		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA - Fornecedor	4		R\$ 8.525,7500	12/02/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
24.987.557/0001-26		-	polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
12/02/2026		6:21	31/07/2026				
Contato		Informações Adicionais					
Tel : (11) 93003-8759, E-mail : polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com		-					
Anexos							
-							

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	LEO ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - Fornecedor	4		R\$ 9.000,0000	12/02/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo	Endereço Eletrônico				
41.083.281/0001-70		-	jlmengeletrica@gmail.com				
Data da Cotação		Hora da Cotação	Validade da Cotação				
12/02/2026		6:29	31/07/2026				
Contato		Informações Adicionais					
Tel : (11) 97016-6134, E-mail : jlmengeletrica@gmail.com		-					
Anexos							
-							

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
300110 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split , Modelo: Parede /Teto , Capacidade Refrigeração: 42.000 BTU/H, Tensão: 220 V, Freqüência: 60 HZ, Características Adicionais: Refrigera/Ventila /Desumidifica/Controle Remoto/Tim , Consumo: 5.100	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados <div> <div>Menor Preço</div> <div>● Média</div> <div>Mediana</div> <div>Coeficiente de Variação: 2,5104%</div> </div> <div> <div>R\$ 19.900,0000</div> <div>R\$ 20.632,5100</div> <div>R\$ 20.997,5300</div> <div>Desvio Padrão: 517,9638</div> </div> <div> <div></div> <div></div> <div></div> <div>Maior Preço: R\$ 21.000,0000</div> </div>		
Método de cálculo adotado: Média		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO - Fornecedor	1		R\$ 19.900,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

Marca/modelo

Endereço Eletrônico

42.197.672/0001-89

-

crclim2017@gmail.com

Data da Cotação

Hora da Cotação

Validade da Cotação

12/02/2026

6:49

31/07/2026

Contato

Informações Adicionais

Tel : (11) 98247-5069, E-mail : crclim2017@gmail.com

-

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 20.997,5300	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor

Marca/modelo

Endereço Eletrônico

24.987.557/0001-26

-

polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com

Data da Cotação

Hora da Cotação

Validade da Cotação

12/02/2026

6:51

31/07/2026

Contato

Informações Adicionais

Tel : (11) 93003-8759, E-mail : polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com



-

Anexos

-

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	LEO ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 21.000,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
41.083.281/0001-70	-	jlmengeletrica@gmail.com
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
12/02/2026	6:54	31/07/2026
Contato	Informações Adicionais	
Tel : (11) 97016-6134, E-mail : jlmengeletrica@gmail.com	-	
Anexos	-	

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
458192 - Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Hi Wall , Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU, Tensão: 220 V, Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Inverter	Unidade	1
Consolidação dos preços cotados		
Menor Preço	Média	Mediana
R\$ 3.500,0000	R\$ 4.132,6667	R\$ 3.500,0000
Método de cálculo adotado: Média		
Coeficiente de Variação: 21,6501% Desvio Padrão: 894,7258 Maior Preço: R\$ 5.398,0000		

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses



Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	IV	CR CLIM CLIMATIZAÇÃO E REFRIGERAÇÃO - Fornecedor	1		R\$ 3.500,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
42.197.672/0001-89	-	crclim2017@gmail.com
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
12/02/2026	7:02	31/07/2026
Contato	Informações Adicionais	
Tel : (11) 98247-5069, E-mail : crclim2017@gmail.com	-	
Anexos	-	

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
2	IV	POLOTECH REFRIGERAÇÃO E SEGURANÇA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 5.398,0000	12/02/2026	Sim

Identificação do Fornecedor	Marca/modelo	Endereço Eletrônico
24.987.557/0001-26	-	polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail.com
Data da Cotação	Hora da Cotação	Validade da Cotação
12/02/2026	7:05	31/07/2026
Contato	Informações Adicionais	
Tel : (11) 93003-8759, E-mail : polotechrefrigeracaoeseguranca@gmail. - com		
Anexos		
-		

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
3	IV	LEO ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA - Fornecedor	1		R\$ 3.500,0000	12/02/2026	Sim
Identificação do Fornecedor		Marca/modelo		Endereço Eletrônico			
41.083.281/0001-70		-		jlmengeletrica@gmail.com			
Data da Cotação		Hora da Cotação		Validade da Cotação			
12/02/2026		7:08		31/07/2026			
Contato		Informações Adicionais					
Tel : (11) 97016-6134, E-mail : jlmengeletrica@gmail.com		-					
Anexos							
-							

Legenda:
 Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
 Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 19/02/2026 07:51

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):

- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre (X-μ)², onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt{\frac{\sum_{i=1}^n (x - \mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

ESP-COMANDO DE POLICIAME.ÁREA METROPOLITANA 1

Termo de Referência 21/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
21/2026	180185-ESP-COMANDO DE POLICIAME.ÁREA METROPOLITANA 1	PAMELA POLIANE CARDOZO DE LACERDA	27/03/2026 10:45 (v 0.8)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		057.00120549/2026-93

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de empresa especializada para o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, bem como a execução do serviço de instalação de aparelhos do tipo Split (hi-wall e/ou cassette), com tecnologia inverter, destinados à refrigeração e climatização do 2º pavimento e do refeitório do prédio do Comando de Policiamento da Capital (CPC), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO (se não for sigiloso)	VALOR TOTAL (se não for sigiloso)
1	Ar Condicionado - Instalação/ Montagem/ Desmontagem/Remoção - (Paredes / Sistemas)	2020	Unidade	1	214.483,33	214.483,33

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados após a emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como serviço contínuo, sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, e sem predominância de mão de obra, tendo em vista que o serviço objeto desta contratação demanda fornecimento de peças, e equipamentos.

1.4. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, através do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 139/2025, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. Minimizar os possíveis impactos ambientais em relação aos materiais que serão utilizados na execução dos serviços, em relação ao correto descarte de eventuais resíduos.

4.1.2. Assim, conforme o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, devem ser utilizados, sempre que possível materiais que sejam reciclados, reutilizados ou biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar:

4.2.1. Samsung;

4.2.2. LG;

4.2.3. Midea;

4.2.4. Fujitsu;

4.2.5. Elgin;

4.2.6. Gree;

4.2.7. Eletrolux;

4.2.8. Consul;

4.2.9. Philco;

4.2.10. ou outras marcas atuantes no mercado, com tecnologia e funcionalidades similares.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.5. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h30min às 16h00min.

4.6. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7. Para a vistoria, o representante legal do fornecedor ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pelo fornecedor comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias a contar da assinatura do contrato;

5.1.2. O prazo para a entrega dos bens e instalação é de 90 (noventa) dias uteis/corridos, contados do(a) assinatura do contrato;

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Local: Comando de Policiamento da Capital – CPC;

5.3. Endereço: Rua Ribeiro de Lima nº 140, Bom Retiro, São Paulo, SP, CEP:01122-000;

5.4. Telefone: (11) 3327-7360 / (11) 3327-7414;

5.5. Contato: Seção de Logística.

Rotinas a serem cumpridas

5.6. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.6.1. no primeiro mês (primeiros trinta dias) instalação completa dos 11 (onze) aparelhos de ar-condicionado da Ala dos Conselhos, localizado no 2º andar do prédio da sede do CPC;

5.6.2. no segundo mês (do 31º dia ao 60º dia), instalação completa de 10 (dez) aparelhos de ar-condicionado nas salas da Ala da Correccional e Refeitório localizados respectivamente no 2º e 3º andar do prédio da sede do CPC;

5.6.3. no terceiro mês (do 61º ao 90º dia), instalação da infraestrutura, como passagem de fiação, e dutos de drenagem, também deverão ser feitos reparos nas paredes e tetos que foram afetados pela instalação;

5.6.4. mediante acordo prévio entre a administração e a contratada, de acordo com as peculiaridades de cada ambiente, tipo de instalação e caminho para os dutos, fiação, local de fiação das evaporadoras condensadoras, que poderão somente ser alocadas na fachada interna do prédio, a sequência das instalações indicadas acima poderá ser alterada, respeitando, contudo, o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão da instalação completa do total dos 21 (vinte e um) aparelhos de ar-condicionado;

5.6.5. Nos períodos indicados acima (item 5.6.1.) a empresa contratada fornecerá os 21 (vinte e um) aparelhos de ar-condicionado, bem como toda a infraestrutura necessária para a substituição dos aparelhos que estão instalados nas salas, além da total mão-de-obra para as instalações dos aparelhos, fornecimento de dutos, fiação, materiais, insumos e peças que devem ser originais ou genuínas, de acordo com a indicação do fabricante de cada equipamento, como indicado no (s) respectivo (s) manual (ais), além de atender às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Código, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais e normas de concessionárias de serviços públicos;

5.6.6. caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.6.7. Os bens, bem como a instalação deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Ribeiro de Lima,140, CEP: 01122-000, Bom Retiro, São Paulo/SP;

5.6.8. a necessidade da contratação de empresa para o fornecimento e instalação de 21 (vinte e um) aparelhos de ar-condicionado em substituição aos aparelhos antigos que ainda estão em operação, porém com deficiência de funcionamento por conta do tempo de uso;

5.6.9. os serviços serão prestados de segunda-feira a sexta-feira, no horário das 08h00min às 18h00min;

5.6.10. a contratada deverá atender as exigências relativas à segurança, higiene e saúde do trabalhador, além de outros procedimentos e rotinas internas do Prédio do CPC, assim como as regras estabelecidas pela legislação vigente.

Materiais a serem disponibilizados

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.7.1. a contratada deverá arcar com fornecimento integral de mão de obra, aparelhos, equipamentos, ferramentas, escadas, ou seja, todo material necessário para a perfeita execução do objeto;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1. A demanda deste processo justifica-se pela necessidade de melhoria das condições estruturais e de conservação do prédio além das condições mínimas de conforto térmico para todo o efetivo de policiais militares integrantes do CPC, bem como outros policiais militares, autoridades a exemplo da Defensoria Pública, advogados e civis que por ventura são recepcionados ou se utilizam das instalações nas diversas audiências instruídas por esta unidade.

Especificação da garantia do serviço

5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), sem prejuízo da responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nos termos da Legislação aplicável.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.11. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.12. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.17. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. acompanhamento diário no local da obra;

6.18.2. atestar pagamentos conforme medições realizadas de acordo com o serviço executado.

Gestor do Contrato

6.19. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1.1. A avaliação da execução do objeto se fara mediante o cálculo do percentual dos serviços corretamente executados pela contratada bem como em relação ao resultado pretendido, dentro dos 30 dias da vigência do contrato.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.1.2.1. não tenha produzido os resultados acordados,

7.1.2.2. tenha deixado de executar as atividades contratadas, ou não as tenha executado com a qualidade mínima exigida; ou

7.1.2.3. tenha deixado de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os tenha utilizado com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do cálculo do percentual dos serviços não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. percentual dos serviços realizados dentro dos 30 (trinta) dias de vigência do contrato;

7.3.2. avaliação dos resultados dos serviços executados.

7.3.3. completa instalação dos equipamentos e infraestrutura, bem como seu pleno funcionamento.

7.3.4. Não serão autorizados pagamentos de serviços que não foram executados, cabendo a contratada analisar, durante a vistoria prévia, tudo o que deverá dispor para a execução dos trabalhos.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital (quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS) e nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.23.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, § 1º).

8.23.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.24. O atendimento dos índices econômicos previstos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.25. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia;

8.25.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.26. Registro ou inscrição do licitante na entidade profissional[escrever, por extenso, a entidade profissional competente], em plena validade;

8.26.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.27. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.27.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.27.1.1. Mínimo de 50% do objeto deste Termo de Referência de serviços executados com outros órgãos públicos, nos últimos dois anos;

8.27.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante;

8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante;

8.27.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

Outras comprovações

8.28. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do art. 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no art. 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no art. 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.29. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021[ESP1] :

8.29.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.29.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.29.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.29.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.29.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.29.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.29.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 214.483,33 (duzentos e quatorze mil, quatrocentos e oitenta e três reais, e trinta e três centavos), conforme custos unitários apostos. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAMELA POLIANE CARDOZO DE LACERDA

3º Sgt PM - Auxiliar de Almoxarifado



Assinou eletronicamente em 27/03/2026 às 10:45:48.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1. Cod ITEM.pdf (846.17 KB)
- Anexo II - 2. Orcamento 1.pdf (687.17 KB)
- Anexo III - 3. Orcamento 2.pdf (564.37 KB)
- Anexo IV - 4. Orcamento 3.pdf (678.86 KB)



Consulta Itens (ContabilizaSP x Compras.gov.br)

Compras.gov.br

Serviço Material

Código do Item

2020

Descrição Item

Ar Condicionado - Instalação/Montagem/Desmontagem/Remoção - (Parede / Sistemas)

Unidade Fornecimento

UNIDADE

[Consultar no Compras.gov.br](#)

Copiar descrição do item

ContabilizaSP

Serviço Material

Item

113832 - DESINSTALACAO E INSTALACAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO - ATIVO

Descrição Item

CARACTERISTICA SERVICO 1: DESINSTALACAO E INSTALACAO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO;CARACTERISTICA SERVICO 2: ;

Unidade Fornecimento

00001 - UNIDADE - ATIVO

Copiar descrição do item

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de aparelhos de ar condicionado, bem como a execução do serviço de instalação de aparelhos do tipo Split (hi-wall e/ou cassete), com tecnologia inverter, destinados à refrigeração e climatização do 2º pavimento e do refeitório do prédio do Comando de Policiamento da Capital (CPC), localizado a Rua Ribeiro de Lima, 140, Bom Retiro, São Paulo/SP. CEP: 01122-000.

O serviço contempla a instalação de 11 (onze) aparelhos na Ala dos Conselhos de Disciplina e Justificação, 08 (oito) aparelhos na Ala da Correcional e 02 (dois) aparelhos no refeitório, totalizando 21 (vinte e um) equipamentos.

item	descrição	Marca	Unidade	Qtde	Valor Unit	Valor Total
1	Fornecimento aparelho Split hiwall sistema inverter 12000 mil btu incluso bomba drenagem,suporte, linha frigorígena, isolantes p/ cobre e dreno, cabo de comunicação, cabo pp força equivalente, disjuntor e acessórios para infra estrutura	TCL	PÇ	12	R\$ 4.650,00	R\$ 55.800,00
2	Fornecimento aparelho Split hiwall sistema inverter 18000 mil btu incluso bomba drenagem,suporte, linha frigorígena, isolantes p/ cobre e dreno, cabo de comunicação, cabo pp força equivalente, disjuntor e acessórios para infra estrutura	elgin	PÇ	1	R\$ 5.100,00	R\$ 5.100,00
3	Fornecimento aparelho cassete sistema inverter 18000 mil btu incluso bomba drenagem,suporte interno e externo, linha frigorígena, isolantes p/ cobre e dreno, cabo de comunicação, cabo pp força equivalente, disjuntor e acessórios para infra estrutura	elgin	PÇ	5	R\$ 7.900,00	R\$ 39.500,00
4	Fornecimento aparelho cassete sistema inverter 24000 mil btu incluso bomba drenagem,suporte interno e externo, linha frigorígena, isolantes p/ cobre e dreno, cabo de comunicação, cabo pp força equivalente, disjuntor e acessórios para infra estrutura	elgin	PÇ	1	R\$ 9.050,00	R\$ 9.050,00
5	Fornecimento aparelho cassete sistema inverter 36000 mil btu incluso bomba drenagem,suporte interno e externo, linha frigorígena, isolantes p/ cobre e dreno, cabo de comunicação, cabo pp força equivalente, disjuntor e acessórios para infra estrutura	elgin	PÇ	1	R\$ 12.500,00	R\$ 12.500,00
6	Fornecimento aparelho cassete sistema inverter 48000 mil btu incluso bomba drenagem,suporte interno e externo, linha frigorígena, isolantes p/ cobre e dreno, cabo de comunicação, cabo pp força equivalente, disjuntor e acessórios para infra estrutura	elgin	PÇ	1	R\$ 16.500,00	R\$ 16.500,00
7	Instalação de aparelhos de ar condicionado,circuito elétrico e circuito de comunicação,hidráulica drenos, recomposição forro e parede (civil) verba plataforma elevatória ou munck, impostos bdi	serviço	serviço	21	R\$ 2.800,00	R\$ 58.800,00
						R\$ 197.250,00

1. DADOS DA PROPONENTE:

Razão Social: JNN ENGENHARIA LTDA	
Endereço: RUA PAULO SERGIO MILLIET 224 – CEP:03921-040 – JARDIM IVA - SP	
Telefone: (11) 966613491 OU(11) 954156193	E-mail: jnnengenhariaeletrica@gmail.com
CNPJ: 33.561.890/0001-60	Inscrição Estadual: 126.051.164.116 Inscrição Municipal:
Nossa conta Banco do Brasil Agência: 4871-2 C.C.35829-0	
Dados para assinatura contratual: Roseli Costa Nunes , nacionalidade brasileira, casada, empresária, portador do RG nº: e CPF nº , Rua Paulo Sergio Milliet 224 – Jardim Iva – São Paulo Cep: 03921-040	
Optante do Simples: ME	

2. PROPOSTA DE PREÇOS

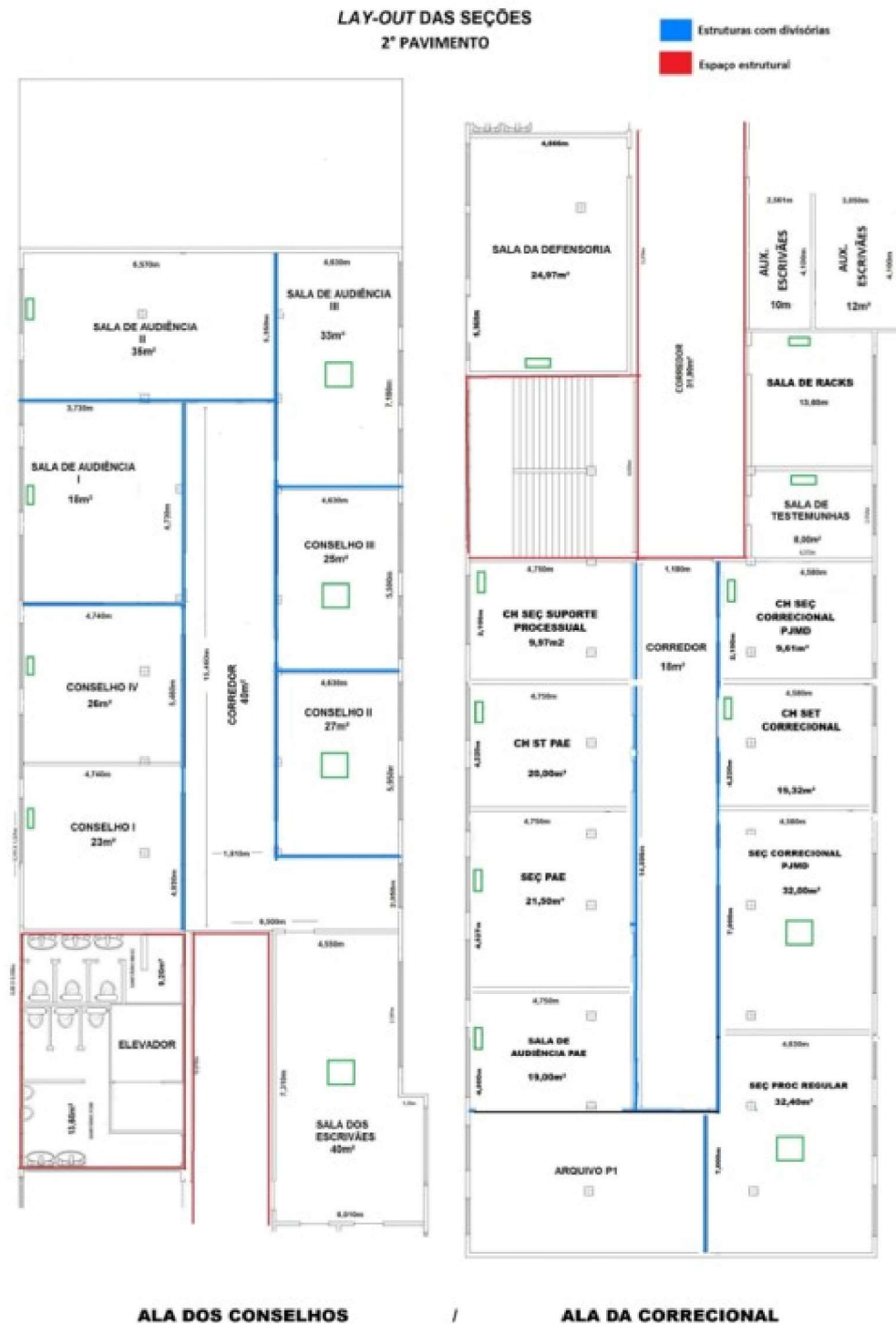
R\$ 197.250,00 (Cento e noventa e sete mil duzentos e cinquenta reais
Proposta valida 60 dias corridos

OBSERVAÇÕES:

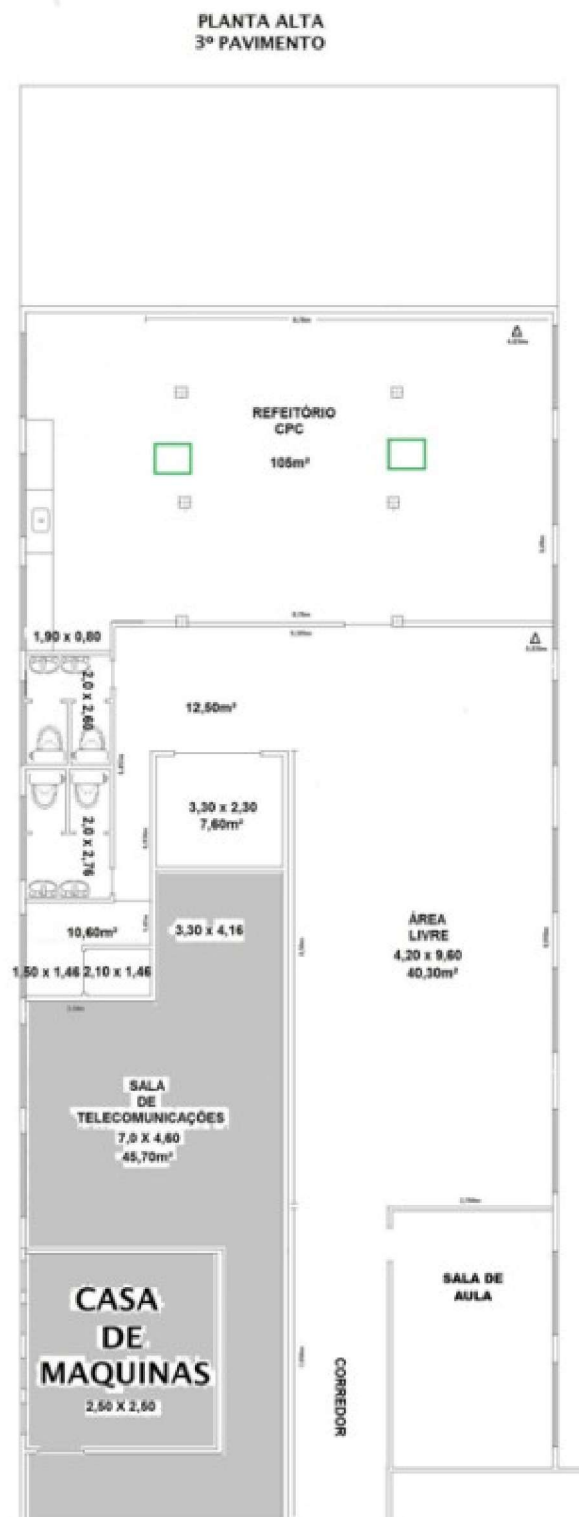
- Valores unitários: conforme planilha de composição de preços.
- No valor proposto já estão considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto;
- Quaisquer tributos, encargos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados Pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo a execução ser realizada sem ônus adicional;

EMPRESA: JNN ENGENHARIA LTDA
 ROSELI COSTA NUNES – Sócia Proprietária
 CPF: 111.197.088-26
 E-mail: jnnengenhariaeletrica@gmail.com
 Tel: (11)95461-1461 (11)96661-3491

Lay-out a ser atendido



Lay-out a ser atendido



· **ALA DOS CONSELHOS**

- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Audiência II;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Audiência I;
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU - Sala de Audiência III; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Conselho IV;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Conselho I;
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU - Conselho III; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU - Conselho II; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 24.000 BTU – Sala dos Escrivães; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 18.000 BTU – Sala da Defensoria;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Racks; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Testemunhas; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

· **ALA DA CORRECIONAL**

- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch Seç Suporte Processual;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch St PAE;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Seç PAE;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Audiência PAE;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch Seç Correcional PJMD; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch St Correcional; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU – Sala Seç Correcional PJMD; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU – Sala Seç Proc Regular; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

· **REFEITÓRIO**

- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 48.000 BTU;
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 36.000 BTU;

Abaixo segue o layout correspondente ao 2º pavimento e ao refeitório, respectivamente, com a finalidade de dinamizar a visualização do ambiente, contendo a descrição das seções administrativas e suas respectivas metragens.

58 821 926

DAYANE ORIEL DA

SILVA:58821926000128

0128

Assinado de forma
digital por 58 821 926

DAYANE ORIEL DA
SILVA:58821926000128

Dados: 2026.03.19
12:38:01 -03'00'

1. OBJETO

AQUISIÇÃO E REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QT	V.UNIT	V.TOTAL
1	aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU –	CARRIER	PÇ	12	R\$ 3.100,00	R\$ 37.200,00
2	aparelho do tipo hi-wall, com potência de 18.000 BTU	LG	PÇ	1	R\$ 3.900,00	R\$ 3.900,00
3	aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU -	elgin	PÇ	5	R\$ 6.800,00	R\$ 34.000,00
4	aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 24.000 BTU –	LG	PÇ	1	R\$ 8.700,00	R\$ 8.700,00
5	aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 36.000 BTU	LG	PÇ	1	R\$ 11.500,00	R\$ 11.500,00
6	aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 48.000 BTU	LG	PÇ	1	R\$ 15.500,00	R\$ 15.500,00
7	BDI MATERIAIS EXECUÇÃO DA INSTALAÇÃO	SERV	SERV	21	R\$ 1.800,00	R\$ 37.800,00
8	BDI INSTALAÇÕES	SERV	SERV	21	R\$ 2.800,00	R\$ 58.800,00
						R\$ 207.400,00

Razão Social: Dayane Oriel da Silva

Endereço: PSG PARAMARIBO N.29 – TABOÃO -DIADEMA – SP – CEP:09930-215

CNPJ: 58.821.926/0001-28 **Inscrição Estadual:** 286.909.592.116 **Dados Bancários:** Banco Inter – 077 Agência: 0001 C/C/ 041778380-9
orielgomesparticipacoes@gmail.com

Orçamento valido por 60 dias

Se trata de orçamento de instalações de equipamentos conforme apresentado em layout.

Nosso orçamento contempla toda a infra estrutura frigorigena elétrica e de drenagem, para o bom funcionamento de todas as maquinas.

58 821 926

DAYANE ORIEL DA

SILVA:5882192600

0128

Assinado de forma
digital por 58 821 926

DAYANE ORIEL DA

SILVA:58821926000128

Dados: 2026.03.19

12:38:01 -03'00'

Orçamento de Cláudio GL Refrigeração

CNPJ: 41.140.592/0001-24

OBJETO.1

ALA DOS CONSELHOS

- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Audiência II;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Audiência I;
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU - Sala de Audiência III; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Conselho IV;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Conselho I;
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU - Conselho III; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU - Conselho II; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 24.000 BTU – Sala dos Escrivães; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 18.000 BTU – Sala da Defensoria;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Racks; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Testemunhas; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**
- **ALA DA CORRECIONAL**
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch Seq Suporte Processual;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch St PAE;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Seq PAE;

- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Audiência PAE;
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch Seq Correccional PJMD; ***(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);***
- 1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch St Correccional; ***(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);***
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU – Sala Seq Correccional PJMD; ***(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);***
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU – Sala Seq Proc Regular; ***(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);***

REFEITÓRIO

- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 48.000 BTU;
- 1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 36.000 BTU;

Abaixo segue o layout correspondente ao 2º pavimento e ao refeitório, respectivamente, com a finalidade de dinamizar a visualização

do ambiente, contendo a descrição das seções administrativas e suas respectivas metragens.

1.OBJETO

AQUISIÇÃO E REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO

ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QTD	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	Aparelho Hi- Wall potência 12.000 BTUS	LG	12	R\$3.400,00	R\$40.800,00
2	Aparelho Hi- Wall potência 18.000 BTUS	LG	1	R\$4.100,00	R\$4.100,00
3	Aparelho cassete 4 vias, 18.000 BTUS	LG	5	R\$7.100,00	R\$35.500,00
4	Aparelho cassete 4 vias, 24.000 BTUS	LG	1	R\$9.000,00	R\$9.000,00
5	Aparelho cassete 4 vias, 36.000 BTUS	LG	1	R\$11.700,00	R\$11.700,00
6	Aparelho cassete 4 vias, 48.000 BTUS	LG	1	R\$15.900,00	R\$15.900,00
7	Materias para execução da instalação	SERV	21	R\$2.500,00	R\$52.500,00
8	Instalações	SERV	21	R\$3.300,00	R\$69.300,00
	TOTAL				R\$238.800,00

Razão Social: Claudio Repulho Neto

Endereço: Av. Vila Ema, 5446 – Vila Ema – São Paulo- SP- CEP: 03282-001.

CNPJ: 41.140.592/0001-24 **Dados Bancários:** Banco Itau - Agência: 6508
C:C/ 13221-1

Tel: 1196076-8782

repulhoneto@yahoo.com.br

Orçamento valido por 60 dias

Se trata de orçamento de instalações de equipamentos conforme apresentado em layout.

Nosso orçamento contempla toda a infra estrutura frigorígena elétrica e de drenagem, para o bom funcionamento de todas as maquinas.

**AQUISIÇÃO E REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR
CONDICIONADO**



Documento assinado digitalmente

CLAUDIO REPULHO NETO

Data: 26/03/2026 09:47:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ESP-COMANDO DE POLICIAMENTO.ÁREA METROPOLITANA 1

Estudo Técnico Preliminar 30/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 057.00120549/2026-93

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, bem como a execução do serviço de instalação de aparelhos do tipo Split (hi-wall e/ou cassete), com tecnologia inverter, destinados à refrigeração e climatização do 2º pavimento e do refeitório do prédio do Comando de Policiamento da Capital (CPC).

O serviço contempla a instalação de **11 (onze) aparelhos na Ala dos Conselhos de Disciplina e Justificação, 08 (oito) aparelhos na Ala da Correccional e 02 (dois) aparelhos no refeitório**, totalizando **21 (vinte e um)** equipamentos.

Todos os aparelhos substituirão o sistema antigo de refrigeração que engloba aparelhos do modelo janela, que embora apresentam durabilidade robusta, tratam-se de aparelhos tecnologicamente ultrapassados e apresentam maior consumo de energia elétrica e ruído elevado, quando comparados aos mais modernos e disponíveis no mercado.

Ademais os aparelhos atualmente instalados são antigos e encontram-se com seu funcionamento comprometido em razão do prolongado tempo de uso, circunstância que tem ocasionando redução da eficiência na climatização dos ambientes e aumento da necessidade de manutenção e limpeza.

A substituição dos equipamentos visa proporcionar além de maior eficiência energética com a diminuição do consumo, o melhor desempenho na climatização dos ambientes, redução de ruídos e consequentemente melhorar as condições de conforto térmico para todo o efetivo de policiais militares integrantes do CPC, bem como outros policiais militares, autoridades a exemplo da Defensoria Pública, advogados e civis que por venturam são recepcionados ou se utilizam das instalações nas diversas audiências instruídas por esta unidade.

Os serviços deverão ser executados com fornecimento dos aparelhos com os BTU (British Thermal Unit, que é a medida da Unidade Térmica Britânica, que determinam a capacidade de refrigeração de cada aparelho de ar-condicionado, que quanto maior o número de BTUs, mais eficiente ele será em fazer com que um ambiente seja climatizado), além da total mão de obra para as instalações dos aparelhos, dutos, fiação elétrica, disjuntores, escadas, andaimes, materiais, insumos e peças devendo ser originais ou genuínas e de acordo com a indicação do fabricante de cada equipamento, como indicado no (s) respectivo (s) manual (ais), além de atender às normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), Código, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais e normas de concessionárias de serviços públicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Comando de Policiamento da Capital	CORONEL PM ALEXANDRE VILARIÇO ALVES DE OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: Comando de Policiamento da Capital (CPC)

ENDEREÇO: Rua Ribeiro de Lima,140, Cep 01122-000, Bom Retiro, São Paulo/SP.

TELEFONE: (11) 3327-7360.

CONTATO: Seção de Logística.

FORMA DE CONTRATAÇÃO: Aquisição e realização de serviços de instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo Split (hi-wall e/ou cassete) com tecnologia inverter, para refrigeração e climatização do 2º pavimento e refeitório do prédio do CPC. A contratação do serviço deve incluir a passagem de infraestruturas, instalação de evaporadoras e condensadoras, vácuo de sistema, teste de funcionamento, bem como todo e qualquer material necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, tubulação de cobre, isolamento térmico, cabo PP, parafusos, manutenções preventivas, corretivas e emergenciais quando apontadas pela administração e dentro do prazo de garantia, bem como todo suporte necessário para instalação das máquinas, como exemplo escadas, andaimes e/ou outros equipamentos.

5. Levantamento de Mercado

Analisando o mercado, foi possível verificar que há empresas aptas a atender à demanda do CPC, referente a contratação do serviço, observadas as quantidades e especificações necessárias. Tal constatação pode ser observada por meio dos orçamentos obtidos junto a alguns fornecedores, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Observa-se que o mercado se mostra aquecido e com ampla oferta de fornecedores, fato que pode ser evidenciado pelas diversas contratações similares já realizadas por outros órgãos da Administração Pública, cuja as informações encontram-se disponíveis para consulta no Portal de Compras.

Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3	Média Unitária	Média Total
197.250,00	207.400,00	238.800,00	214.483,33	214.483,33

ITEM	NÚMERO DA EMPRESA	NOME DA EMPRESA	CNPJ	FONE
1	EMPRESA 1	JNN Engenharia LTDA	33.561.890/0001-60	(11) 96661-3491
1	EMPRESA 2	Dayane Oriel da Silva	58.821.926/0001-28	(11) 5415-6193
1	EMPRESA 3	Claudio Repulho Neto	41.140.592/0001-24	(11) 96076-8782

O mercado apresenta uma variedade de potenciais fornecedores capazes de atender às demandas, com diferentes níveis de especialização. Essa diversidade contribui para a ampliação da competitividade, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas para a administração pública, tanto em termos de qualidade quanto em custo benefício.

Verifica-se que a melhor tratativa para essa aquisição é por meio de registro de preço, na modalidade Pregão Eletrônico, sendo que a empresa deverá fornecer mão de obra especializada e todo material necessário, para atender as exigências legais de remoção, instalação, de transporte, de prazo, e garantir o fornecimento integral de materiais e mão de obra, para a completa e perfeita execução do serviço conforme solicitado.

6. Descrição da solução como um todo

Tal contratação de serviços visa a adequação às normas que versam sobre o conforto e qualidade do ar em ambientes climatizados, no intuito de se preservar a saúde e a integridade das pessoas que utilizam os ambientes, considerando que as altas temperaturas impactam diretamente em desconforto, levando à queda de rendimento e comprometimento da produtividade.

A contratação dos serviços para substituição dos aparelhos de ar-condicionado do 2º andar e refeitório do prédio do CPC objetiva atender as necessidades básicas dos policiais militares integrantes do Comando de Policiamento da Capital, ao proporcionar conforto térmico e promover o bem estar físico e psicológico, já que tratam-se de aparelhos tecnologicamente ultrapassados e apresentam maior consumo de energia elétrica e ruído elevado, quando comparados aos mais modernos e disponíveis no mercado.

Ademais os equipamentos estão com o funcionamento comprometido por serem antigos, e cujas substituições trarão muitas vantagens, como a redução do consumo de energia, ora já observado, e a individualização da refrigeração das salas, o que propiciará o liga/desliga e ajustes pontuais, bem como favorecerá a manutenção programada, o que não ocorre atualmente.

Os aparelhos de ar-condicionado atualmente instalados no 2º andar do prédio do CPC se encontram obsoletos, e com o passar do tempo a mão de obra para manutenção preventiva e corretiva tem se tornado escassa e até mesmo financeiramente inviável, o que leva a necessidade de buscar alternativas mais vantajosas e eficientes para a continuidade dos serviços prestados pelo CPC, bem como para a conservação do patrimônio público.

Com a retirada e substituição dos equipamentos antigos por aparelhos de tecnologia mais moderna, cuja instalação e manutenção apresentam menor custo de mão de obra em comparação aos atuais aparelhos de janela, será possível reduzir a poluição visual, bem como minimizar os impactos ambientais.

Todos os aparelhos de ar-condicionado terão suas condensadoras instaladas na fachada interna do prédio do CPC, a uma altura aproximada de 12 m em relação ao 2º pavimento e de 15 m em relação ao 3º pavimento, onde se localiza o refeitório. A instalação compreenderá, para os vinte e um aparelhos, a passagem da fiação elétrica e infraestrutura, a instalação de disjuntores (se necessário), Canos (Tubulação de Cobre/Fluido Refrigerante), dutos de drenagem, e demais adequações necessárias, de modo que as condensadoras permaneçam fixadas em apenas um lado da fachada, no caso, a fachada interna do CPC.



Foto 1 - Fachada Frontal do Prédio (proibida à instalação de condensadora ou passagem de encanamento e fiação).



Foto 2 - Fachada Interna do Prédio.



Foto 3 - Exemplificação de como deverá ser instalada as condensadoras.

Para as duas máquinas modelo cassete que serão instaladas no refeitório, será necessária a remoção total ou parcial do forro de PVC existente, a fim de possibilitar a confecção de um suporte em eletrocalha ou material similar, que poderá utilizar as vigas de madeira do telhado como ponto de fixação da eletrocalha, permitindo a adequada instalação e acondicionamento do equipamento. Tal medida se faz necessária porque a estrutura do telhado não oferece suporte adequado para a instalação do referido equipamento.

A contratada deverá arcar com fornecimento integral de mão de obra, aparelhos, equipamentos, ferramentas, escadas, andaimes, ou seja, todo material necessário para a perfeita execução do objeto;

Deverá trabalhar conforme as normas vigentes no que tange à boa prática de engenharia e normatização técnica, bem como transporte, carga e descarga, e transbordo de todo material seja para uso do serviço ou descarte;

A contratada deverá realizar reparos, como serviços de pintura ou acabamento de peças entre paredes, tetos, colunas ou quaisquer outros que houver necessidade em decorrência do serviço realizado.

A contratada deverá fornecer garantias para os serviços prestados, com um período mínimo estipulado para atendimento de eventuais defeitos ou falhas decorrentes dos trabalhos realizados;

Qualquer das intervenções devem seguir as normativas técnicas vigentes, utilizando materiais de alta durabilidade e resistência às condições climáticas locais;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Este processo abarca a aquisição de **21 (vinte e um) aparelhos de ar-condicionado**, sendo 08 (oito) aparelhos do tipo *Split* com tecnologia inverter, *modelo cassete*, e 13 (treze) aparelhos do tipo *Split* com tecnologia inverter, *modelo hi-wall*, todos na voltagem 220v, distribuídos conforme segue:

• ALA DOS CONSELHOS

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Audiência II;

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Audiência I;

1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU - Sala de Audiência III; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Conselho IV;

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Conselho I;

1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU - Conselho III; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU - Conselho II; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 24.000 BTU – Sala dos Escrivães; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 18.000 BTU – Sala da Defensoria;

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Racks; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Testemunhas; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

• ALA DA CORRECIONAL

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch Seq Suporte Processual;

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch St PAE;

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Seq PAE;

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala de Audiência PAE;

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch Seq Correcional PJMD; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

1 (um) aparelho do tipo hi-wall, com potência de 12.000 BTU – Sala Ch St Correcional; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU – Sala Seq Correcional PJMD; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 18.000 BTU – Sala Seq Proc Regular; **(será necessário aproximadamente 15 metros de tubulação para a drenagem chegar a fachada dos fundos);**

- **REFEITÓRIO**

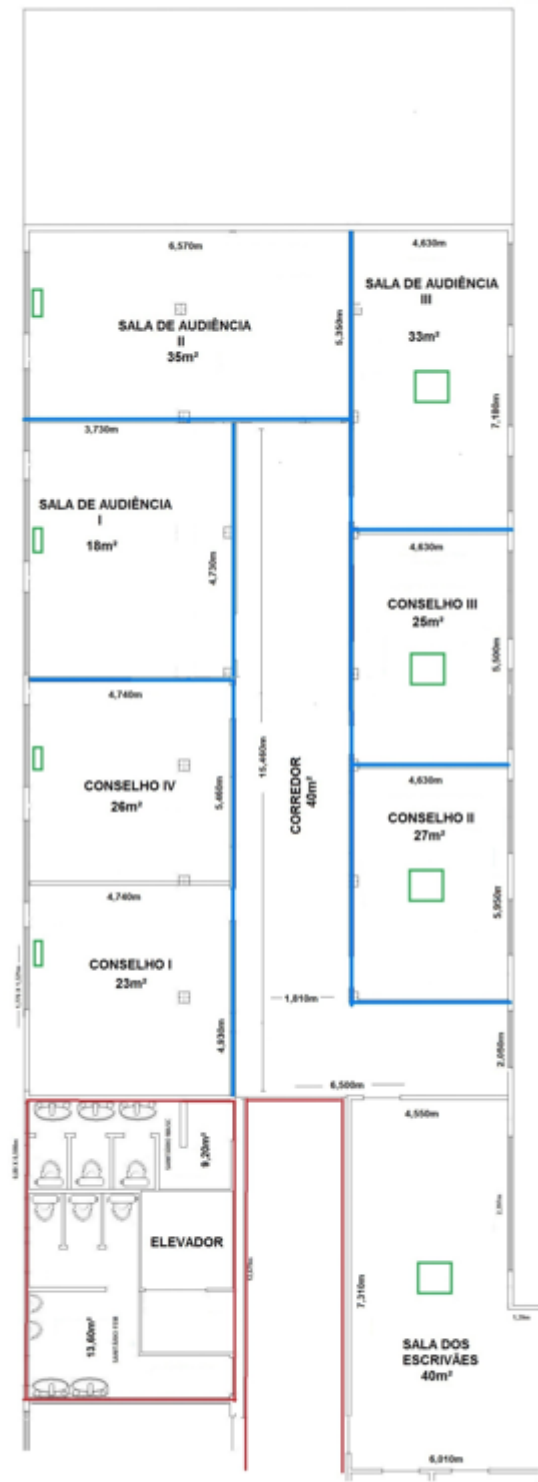
1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 48.000 BTU;

1 (um) aparelho do tipo cassete, de 4 vias, com potência de 36.000 BTU;

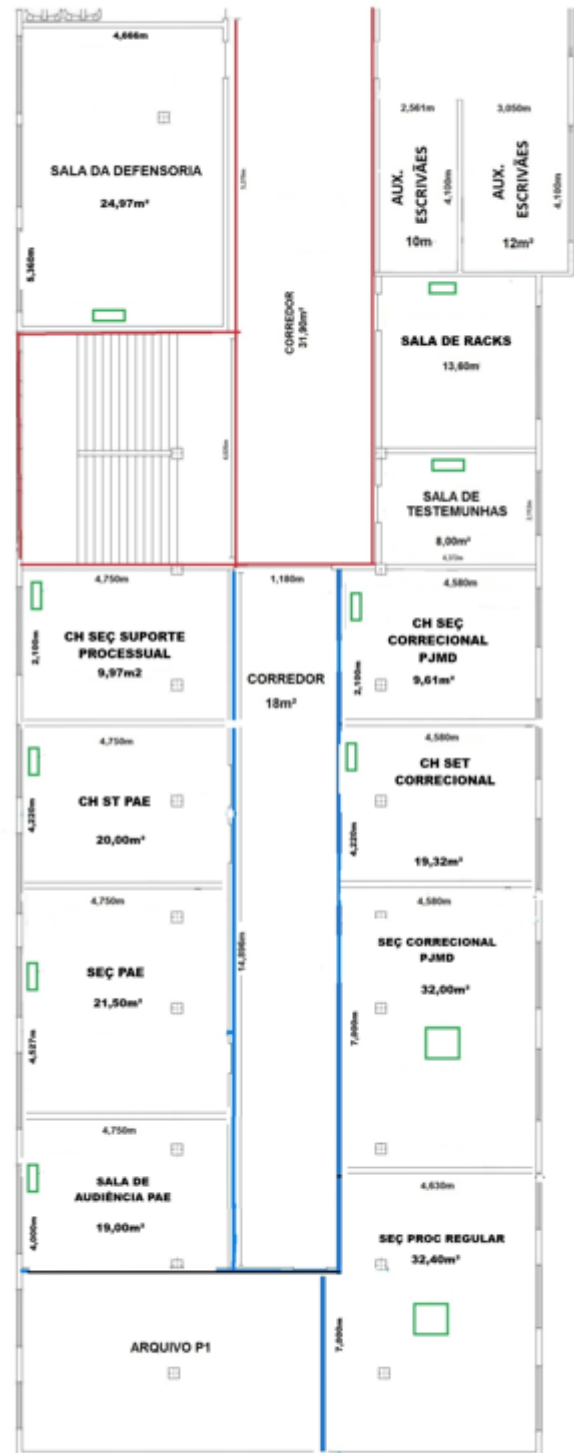
Abaixo segue o layout correspondente ao 2º pavimento e ao refeitório, respectivamente, com a finalidade de dinamizar a visualização do ambiente, contendo a descrição das seções administrativas e suas respectivas metragens.

LAY-OUT DAS SEÇÕES 2º PAVIMENTO

■ Estruturas com divisórias
■ Espaço estrutural

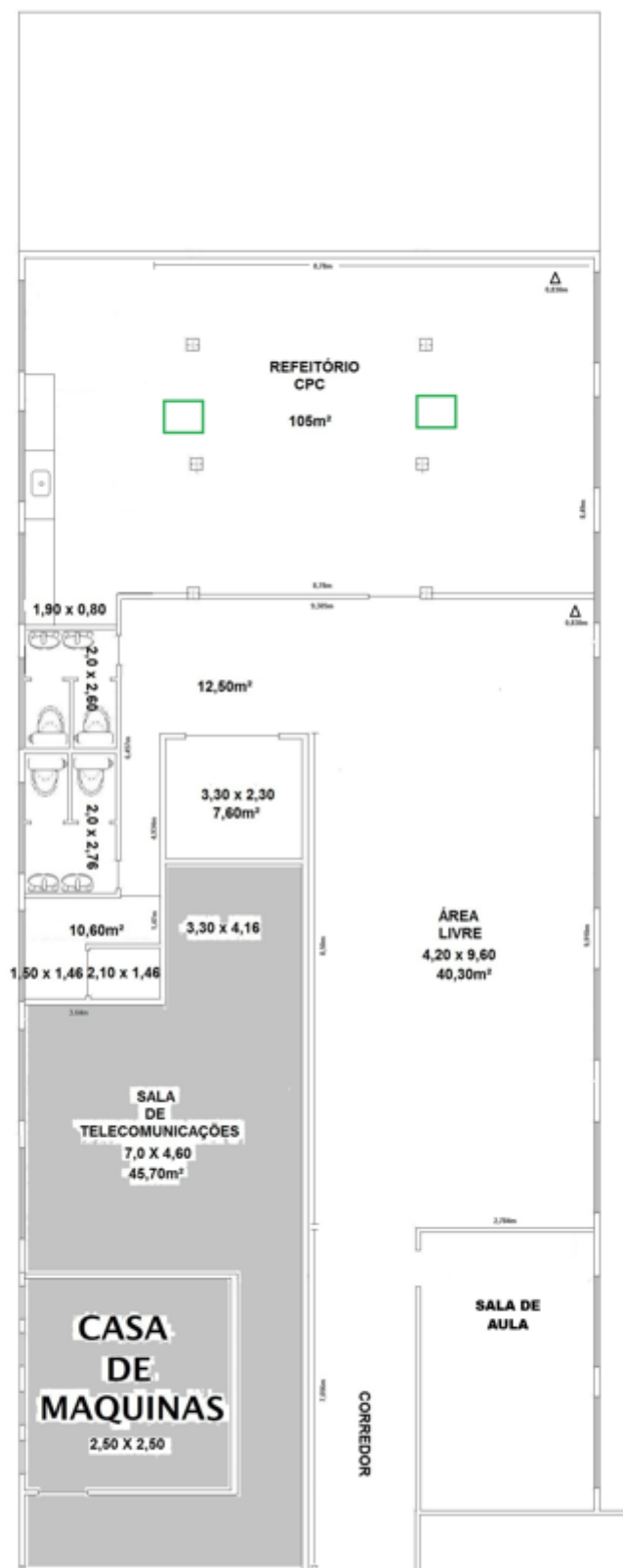


ALA DOS CONSELHOS



ALA DA CORRECCIONAL

**PLANTA ALTA
3º PAVIMENTO**



8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 214.483,33

Segundo orçamentos pesquisados, o valor estimado para a aquisição dos aparelhos de ar-condicionado para o 2º pavimento e refeitório do prédio da sede do CPC é de R\$ 214.483,33 (duzentos e quatorze mil, quatrocentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não há previsão para parcelamento, sendo o pagamento efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

O Portal de Compras Governamentais define contratações correlatas como aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

Desta forma, não foi identificada pela equipe de planejamento a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes referentes ao objeto da contratação em tela.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Considerando a necessidade de garantir a conservação e manutenção adequada das instalações prediais, identificou-se, a necessidade de contratação do serviço em questão, que visa a substituição dos atuais aparelhos que apresentam deficiências no funcionamento, e por estarem obsoletos, o qual foi previamente incluído no Planejamento de Contratação Anual - PCA/2026 através do Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 139/2025.

Portanto, essa aquisição encontra alinhamento e amparo pela continuidade do serviço público e no dever da administração de zelar pela conservação de seus bens e pela segurança de seu efetivo e colaboradores.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Permite uma economia considerável do consumo de energia elétrica conforme já exposto no item 6, e minimiza posteriormente a frequência e o custo aplicado à manutenção, trazendo impacto positivo significativo ao meio ambiente, reduzindo os impactos ambientais no que diz respeito às emissões de gases, isso porque os novos aparelhos que estão no mercado atualmente funcionam com fluido ou gás refrigerante R-410A, que é uma mistura de gases a base de hidrofluorcarbono (HFC), que não degrada a camada de ozônio, e, portanto, é ecológico, não inflamável, e atóxico, além de contribuir para que os ambientes se tornem esteticamente mais agradável.

13. Providências a serem Adotadas

Realizar contato prévio e reunião, envolvendo os representantes da contratada, juntamente com o gestor e fiscal indicado em contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para início do serviço. Acompanhamento e fiscalização dos serviços, com observação dos prazos, de modo que a realização dos serviços transcorram sem inconformidades.

Gestor: 1º Ten PM 106149-6 Ana Lúcia Diaz Tenório , telefone (11) 3327-7354, endereço eletrônico: anadiaz@policiamilitar.sp.gov.br;

Gestor substituto: Cap PM 990647-9 Jorge Luis Bezzon, telefone (11) 3327-7309, endereço eletrônico: bezzon@policiamilitar.sp.gov.br;

Fiscal: Cb PM 107618-3 Paulo Alexandre dos Santos, telefone (11) 3327-7360, endereço eletrônico: padsantos@policiamilitar.sp.gov.br;

Fiscal substituto: 3º Sgt PM 157178-8 Pamela Poliane Cardozo de Lacerda, telefone (11) 3327-7389, endereço eletrônico: pamelapc@policiamilitar.sp.gov.br;

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não há previsão de impactos ambientais, uma vez que as embalagens e fluídos dos aparelhos retirados serão destinados ao correto descarte, outrossim em relação às emissões de gases além de os novos aparelhos que estão no mercado atualmente funcionarem com fluído ou gás refrigerante R-410A, que é uma mistura de gases a base de hidrofluorcarbono (HFC), que não degrada a camada de ozônio, e, portanto, é ecológico, não inflamável, e atóxico, além de contribuir para os ambientes se tornem esteticamente mais agradável.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as justificativas ora apresentadas no decorrer deste estudo, conclui-se que este projeto é viável tanto no aspecto econômico, quanto na qualidade e agilidade da prestação dos serviços.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA LUCIA DIAZ TENORIO

1º Ten PM - Chefe Seção Subfrota



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 14:19:40.

PAMELA POLIANE CARDOZO DE LACERDA

3º Sgt PM - Auxiliar de Almoxarifado



Assinou eletronicamente em 26/03/2026 às 12:21:18.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO

PAULO

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE POLICIAMENTO DE AREA METROPOLITANA UM

UASG – 180.185

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

Processo Administrativo SEI nº 057.00152352/2026-13

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº CPAM1-
CELEBRADO ENTRE O COMANDO DE
POLICIAMENTO DE ÁREA UM, POR
INTERMÉDIO DO SENHOR CORONEL PM,
INSCRITO NO CPF SOB O Nº E, INSCRITA
NO CNPJ.

**O Estado de São Paulo, por intermédio do Comando de Policiamento
de Área Metropolitana Um, com sede na Rua Vergueiro, 363 – Liberdade – CEP**



CPA/M-1 – Setor de Licitações e Contratos

Endereço: Rua Vergueiro, nº 363, bairro Liberdade, São Paulo/SP – CEP 01504-001

E-mail: cpam1uge@policiamilitar.sp.gov.br – Telefone (11) 3389-9025

01504001, na cidade de **São Paulo**, inscrito no **CNPJ/MF sob o nº**, neste ato representado pelo **Senhor Coronel PM, inscrito no CPF sob o nº**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, e o(a), inscrita no **CNPJ**, sediado na **Rua**, doravante designado(a) **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por, inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico Nº 90012/2026**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços....., conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



1.4. O regime de execução deste contrato é o de _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de XX (XXX), contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

OU

[segunda alternativa de redação para as subdivisões da cláusula segunda]

2.2. O prazo de vigência da contratação é de XX (XXX), contados do(a), prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.2.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços do mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permitida a negociação com o Contratado, observando-se, ainda, os seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do Contratado informando o interesse na prorrogação;



- e) *Seja comprovado que o Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.*
- 2.2.3. *O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não poderá pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência do Contratante.*
- 2.2.4. *Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.*
- 2.2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, custos não renováveis já pagos ou amortizados no âmbito da contratação, quando houver, deverão ser eliminados como condição para a prorrogação.*
- 2.2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*
- 2.2.7. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutivas consubstanciadas:*
- I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrato a partir de sua ocorrência; ou*
- II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, desde que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com ao menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário do contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversário contratual.*
- 2.2.8. *Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condições resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

OU

[segunda alternativa de redação para subdivisão(ões) da cláusula quarta]

- 4.2. *Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:*
- 4.2.1. *É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, abaixo discriminada:*
- 4.2.1.1. ...
- 4.2.1.2. ...
- 4.2.2. *Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:*



4.2.2.1.

4.2.2.2.

4.2.3. *Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.*

4.2.4. *A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:*

4.2.4.1. *Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;*

4.2.4.2. *Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;*

4.2.4.3. *Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#);*

4.2.4.4. *Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida na subdivisão anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;*

4.2.4.5. *Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;*

4.2.4.6. *Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.*

4.2.5. *Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.*

4.2.6. *É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).*

OU

[segunda alternativa de redação para o item 5.1 (conforme item 5.2)]

5.2. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

5.3. *No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais*



e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.5. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a ___/___/___ (DD/MM/AAAA).*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

OU

[segunda alternativa de redação para os itens 7.1 a 7.8 (conforme os itens 7.9 a 7.29), caso se trate de contratação sujeita a repactuação]



- 7.9. Os preços inicialmente ajustados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do Contratado.
- 7.10. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
 - Para os demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra): a partir da data da apresentação da proposta.
- 7.11. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.11.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.
- 7.12. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços (art. 135, § 4º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.13. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias (art. 135, § 5º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 7.15. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 7.16. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a demonstração analítica da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção coletiva ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato que fundamenta a repactuação.
- 7.16.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho visa a repassar integralmente a variação de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 7.17. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos demais custos, decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), a respectiva variação será apurada mediante a aplicação do índice de reajustamento(indicar o índice a ser adotado), **exclusivamente para as obrigações iniciadas e**



concluídas após a ocorrência da anualidade, observando a data de referência e o interregno mínimo definidos nesta cláusula, com base na seguinte fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) a ser reajustada;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta ou à data do último reajustamento aplicado;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.17.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.17.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra) será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.17.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.17.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), por meio de termo aditivo.

7.18. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado (não relativos a mão de obra), o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.19. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.20. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

7.21. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.22. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.23. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado



proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.24. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.25. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação em até XX (XXX), contado a partir da data em que for apresentada, pelo Contratado, solicitação acompanhada de documentação contendo demonstração analítica da variação dos custos a serem repactuados (art. 92, § 6º, c/c o art. 135, § 6º, [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

7.25.1. O prazo referido na subdivisão anterior não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.26. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.27. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.28. Se ocorrer repactuação para valor maior, o Contratado deverá complementar a garantia contratual que tenha sido anteriormente prestada, caso exigida neste instrumento, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

7.29. Caso ocorra majoração da tarifa de transporte público, será facultada a revisão de item relativo a valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços que constitui parte integrante do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados. Caso sejam preenchidos os requisitos legais, a revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por termo aditivo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE [\(art. 92, X, XI e XIV\)](#)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);



8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **XX (XXX)** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **XX (XXX)**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.12. *Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;*

8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;



Termo de Contrato

- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;



Termo de Contrato

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.22. *Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... [inserir endereço(s)];*

9.1.22.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o Contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de até [...] [inserir distância conforme avaliação técnica] do local demandado.

9.1.23. *Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo ser exigida do Contratado, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou do novo fornecedor que continuará a execução dos serviços;*

9.1.24. *Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.*

9.1.24.1. Considerando que o objeto da contratação envolve a elaboração de projeto relativo a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão de todos os direitos patrimoniais a que se refere a subdivisão anterior inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos



de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra, nos termos do § 1º do art. 93 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

OU

[segunda alternativa de redação para a cláusula décima contendo diversas subdivisões caso a contratação demande atuação do Contratado como operador no tratamento de dados pessoais em nome do Contratante, com as três últimas subdivisões aplicáveis se admitida subcontratação]

10.2. *No âmbito da execução do objeto deste contrato, o Contratado deve cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis à proteção de dados pessoais, inclusive regulamentos*



editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, e deve observar as instruções por escrito do Contratante no tratamento de dados pessoais.

10.2.1. *O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.*

10.2.2. *Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.*

10.2.3. *Considerando a natureza do tratamento, o Contratado deve, enquanto operador de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#).*

10.2.4. *O Contratado deve:*

10.2.4.1. notificar o Contratante na primeira oportunidade possível, ao receber requerimento de um titular de dados, na forma prevista no artigo 18 da [Lei nº 13.709, de 2018](#); e

10.2.4.2. quando for o caso, auxiliar o Contratante na elaboração da resposta ao requerimento a que se refere a subdivisão anterior.

10.2.5. *O Contratado deve notificar ao Contratante, na primeira oportunidade possível, a ocorrência de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que o Contratante cumpra quaisquer obrigações de comunicar à autoridade nacional e aos titulares dos dados a ocorrência do incidente de segurança sujeita à [Lei nº 13.709, de 2018](#).*

10.2.6. *O Contratado deve adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada um dos incidentes de segurança.*

10.2.7. *O Contratado deve auxiliar o Contratante na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da [Lei nº 13.709, de 2018](#), no âmbito da execução deste Contrato.*

10.2.8. *Na ocasião do encerramento deste contrato, o Contratado deve, imediatamente, ou, mediante justificativa, em até 10 (dez) dias úteis da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais ao Contratante ou eliminá-los, conforme decisão do Contratante, inclusive eventuais cópias de dados pessoais tratados no âmbito deste contrato, certificando por escrito, ao Contratante, o cumprimento desta obrigação.*

10.2.9. *O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula, e deve permitir auditorias e contribuir com elas, incluindo inspeções, pelo Contratante ou auditor por ele indicado, em relação ao tratamento de dados pessoais.*

10.2.10. *O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da [Lei nº 13.709, de 2018](#) ou de instruções*



do Contratante relacionadas a este contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

10.2.11. Caso o objeto da presente contratação envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular de que trata o inciso I do artigo 7º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), deverão ser observadas pelo Contratado ao longo de toda a vigência do contrato todas as obrigações específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento de dados pessoais, conforme instruções por escrito do Contratante.

10.2.12. [É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil.] **OU** [É vedada a transferência de dados pessoais, pelo Contratado, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, do Contratante, e demonstração da observância, pelo Contratado, da adequada proteção desses dados, cabendo ao Contratado o cumprimento de toda a legislação de proteção de dados ou de privacidade nacional e de outro(s) país(es) que for aplicável.]

E

[na segunda alternativa de redação para a cláusula décima, inclusão das três subdivisões seguintes caso seja admitida subcontratação de atividades de tratamento de dados pessoais]

10.2.13. O Contratado não poderá realizar subcontratação, tampouco divulgar dados pessoais a qualquer subcontratado, ou substituir subcontratado, exceto se previamente autorizada de forma específica e por escrito pelo Contratante.

10.2.14. O Contratado deve tomar medidas razoáveis para assegurar que empregados, prepostos ou colaboradores de qualquer subcontratado que necessitem conhecer/acessar dados pessoais relacionados à execução deste contrato estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade, e cumprir, no tocante à subcontratação, todas as disposições aplicáveis da [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.2.15. A subcontratação, mesmo quando autorizada pelo Contratante, não exime o Contratado das obrigações decorrentes deste contrato, de modo que o Contratado permanecerá por elas integralmente responsável perante o Contratante, inclusive na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratado.

OU

[terceira alternativa de redação para a cláusula décima contendo diversas subdivisões caso a contratação demande atuação do Contratado como operador no tratamento de dados pessoais em nome do Contratante, e controlador que tomará decisões sobre o tratamento de dados pessoais]

10.3. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subseqüentes (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), as demais normas legais e regulamentares aplicáveis, inclusive regulamentos editados pela Agência Nacional de Proteção de Dados, bem como a disciplina estabelecida neste instrumento.

10.4. O Contratado:

10.4.1. quando se caracterizar como operador que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do Contratante, deve:

10.4.1.1. observar as instruções por escrito do Contratante para execução desse tratamento;



10.4.1.2. implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações do Contratante previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#);

10.4.1.3. adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação, mitigação e reparação de cada incidente de segurança;

10.4.2. quando se caracterizar como controlador de dados pessoais, somente poderá tratá-los com fundamento nas hipóteses previstas na [Lei nº 13.709, de 2018](#), seguindo as regras e os princípios nela previstos, em especial os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção.

10.5. O Contratado deve assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores que necessitem conhecer/acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para as finalidades deste contrato, e cumprir a legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a compromissos de confidencialidade ou obrigações profissionais de confidencialidade.

10.6. Considerando a natureza dos dados tratados, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, assim como os princípios previstos no caput do artigo 6º da [Lei nº 13.709, de 2018](#), o Contratado deve adotar, em relação aos dados pessoais, medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

10.7. O Contratado deve comunicar na primeira oportunidade possível ao Contratante o conhecimento de requerimento de titular de dados pessoais a ele dirigido, de incidente de segurança relacionado a dados pessoais, ou de outra circunstância cuja ciência seja relevante para o cumprimento pelo Contratante da legislação aplicável ao tratamento de dados pessoais decorrente deste instrumento, fornecendo informações suficientes para que ele cumpra quaisquer deveres previstos na [Lei nº 13.709, de 2018](#).

10.8. Por ocasião do encerramento deste contrato, é dever do Contratado eliminar os dados pessoais, com exceção das hipóteses do artigo 16 da [Lei nº 13.709, de 2018](#), quando for o caso e nos seus estritos limites.

10.9. O Contratado deve colocar à disposição do Contratante, conforme solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta cláusula.

10.10. O Contratado responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes do descumprimento da [Lei nº 13.709, de 2018](#), não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do Contratante em seu acompanhamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

[segunda alternativa de redação para esta cláusula contendo diversas subdivisões, com 2 opções de redação para a primeira subdivisão]

11.2. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$_____, correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.



OU

[segunda opção de redação para a primeira subdivisão da segunda alternativa de redação, em caso de o Contratado ficar depositário de bem(ns)]

11.3. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96](#), combinado com [art. 101](#), ambos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$_____, correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o Contratado será depositário:

11.3.1. BEM 1:....., de Valor:

11.3.2. BEM 2:....., de Valor:

11.3.3. ...

11.3.4. Valor total dos bens acima indicados:

11.4. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.5. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.5.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.5.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.5.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.7.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.7.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e

11.7.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

11.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.8.1. Caso fortuito ou força maior;



- 11.8.2. *Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;*
- 11.8.3. *Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.*
- 11.9. *No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.*
- 11.10. *Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.*
- 11.11. *O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.*
- 11.11.1. *O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).*
- 11.11.2. *Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).*
- 11.12. *A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.*
- 11.13. *Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.*
- 11.14. *A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.*
- 11.15. *O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.*
- 11.16. *O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.*
- 11.17. *A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.*

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv) **Multa:**

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

OU

[segunda alternativa de redação para subdivisões do inciso "iv"]

- (1) *Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de XX (XXX) dias;*
- (2) *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para suplementação ou reposição da garantia;*
 - a. *O atraso superior a XX (XXX) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;*
- (3) *Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do item 12.1, de% a ...% do valor do Contrato;*
- (4) *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do item 12.1, de% a ...% do valor do Contrato;*
- (5) *Para infração descrita na alínea “b” do item 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato;*
- (6) *Para infrações descritas na alínea “d” do item 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato;*



(7) *Para a infração descrita na alínea “a” do item 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).



12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), *bem como no art. 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o Contratado for sociedade cooperativa (se admitida a participação/contratação de cooperativa)*.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:



I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma) via**, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19.





DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 2 de março de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SSP-05/2026

Regulamenta a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública.

O **SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, e, considerando as significativas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às licitações e contratações públicas, bem como a necessidade de disciplinar a aplicação de sanções, nos termos dos artigos 155 a 163 desse diploma legal,

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela LLCA obedecerá ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - São consideradas infrações para os fins desta Resolução:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Artigo 3º - As sanções administrativas aplicáveis são:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 4º - Além das sanções previstas no artigo 3º desta Resolução, incidirá em multa de mora o contratado que der causa ao atraso injustificado na execução do contrato, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 5º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 2º desta Resolução, serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos à Administração que advierem da infração cometida;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§1º - São consideradas circunstâncias agravantes:

1 - a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2 - a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3 - a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;

4 - a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;

5 - a reincidência na infração;

6 - a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

1 - a falha escusável do licitante ou contratado;

2- a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;

3- a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de má-fé;

4 - a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

Artigo 6º - Considera-se reincidência a repetição de conduta prevista no artigo 2º desta Resolução, sancionada por decisão administrativa irrecorrível.

Parágrafo único - Para efeito de reincidência, não prevalece a sanção anterior, se entre a data da decisão administrativa definitiva e aquela da prática posterior houver decorrido período superior a 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO II - DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 7º - A advertência será aplicada exclusivamente ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

Parágrafo único - Será considerada inexecução parcial sem grave prejuízo à Administração aquela relacionada ao descumprimento de cláusulas contratuais, que não comprometa o cumprimento da execução contratual, bem como não cause dano ao interesse público.

Seção II – Da Multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução

Artigo 8º - A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado e poderá ser aplicada a todas as infrações tratadas por esta Resolução.

Artigo 9º - Em caso de inexecução parcial do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor anual do contrato;

Artigo 10 – Em caso de inexecução total do ajuste será aplicada a multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução, na seguinte conformidade:

I - aquisição de bens, contratação de prestação de serviços não contínuos e obras e serviços de engenharia: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato;

II - serviços e fornecimentos contínuos: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual do contrato.

Artigo 11 – A multa prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução será aplicada nos termos e percentuais abaixo indicados:

I - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

II - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

III - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

IV - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

V - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VII - praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato;

VIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

Artigo 12 - Nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, a autoridade competente deverá deliberar, formalmente, quanto à vantajosidade da manutenção do contrato vigente ou inaugurar, imediatamente, os procedimentos para a extinção do contrato.

Seção III – Da multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução

Artigo 13 - Em caso de atraso injustificado na execução do contrato será aplicada a multa de mora prevista no artigo 4º desta Resolução:

I - sobre o valor da parcela inadimplida;

II - a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado para cumprimento da obrigação.

§1º- A multa de mora prevista no *caput* deste artigo será:

1 - no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, conforme o caso.

2 - no caso de serviços e fornecimentos contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 60 (sessenta) dias;

b) após 60 (sessenta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado ou bem adquirido.

3 - no caso de obras e serviços de engenharia:

- a) 0,7% (sete décimos por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;
- b) 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias, no caso de reincidência;
- c) após 30 (trinta) dias, ficará caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso, sem prejuízo de eventual extinção unilateral em prazo inferior, dadas as características do serviço prestado.

§ 2º – Os prazos referidos nos itens 1 a 3 do §1º deste artigo serão contados em dias corridos.

§ 3º – A multa de mora poderá:

- 1 - ser convertida na multa sancionatória prevista no inciso II do artigo 3º desta Resolução;
- 2 - ser aplicada em conjunto com as demais sanções previstas nesta Resolução;
- 3 - ensejar a extinção unilateral do contrato.

Seção IV – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 14 - A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo, será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, quando não se justificar a imposição de declaração de inidoneidade, pelos seguintes prazos, respeitado o prazo máximo de 3 (três) anos:

I - de 3 (três) meses a 9 (nove) meses pela conduta de deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - de 6 (seis) meses a 18 (dezoito) meses pela conduta de:

- a) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- b) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

III - de 12 (doze) meses a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

IV - de 2 (dois) anos a 3 (três) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato.

Seção V – Da Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar

Artigo 15 – A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações nos termos abaixo, pelos seguintes prazos, devendo ser observado o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos, pela conduta de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos pela conduta de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Parágrafo único - A sanção prevista no *caput* será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave pela prática das seguintes condutas, pelos seguintes prazos:

I - de 3 (três) anos a 5 (cinco) anos pela conduta de:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - de 4 (quatro) anos a 6 (seis) anos, pela conduta de dar causa à inexecução total do contrato;

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 16 - O Dirigente da Unidade Gestora Executora (UGE) será competente para:

I - instaurar os processos sancionatórios e de responsabilização;

II - aplicar as sanções de advertência e multa nos casos de inexecução parcial do contrato que não resulte em grave dano à Administração, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

III - aplicar as sanções decorrentes de infrações no procedimento licitatório para constituição de Sistema de Registro de Preços, do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

IV - aplicar as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preço, na condição de órgão participante, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

Parágrafo único - Os atos previstos neste artigo serão formalizados mediante despacho motivado, com a devida indicação dos fundamentos fáticos e jurídicos.

Artigo 17 - O Dirigente da Unidade Orçamentária (UO) será competente para aplicar:

I - sanção de multa pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- k) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - a sanção de impedimento de licitar e contratar pelas seguintes condutas:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) dar causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Artigo 18 - Compete exclusivamente ao Secretário de Segurança Pública a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no artigo 15 desta resolução, que será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

CAPÍTULO IV - DA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES E APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Seção I - Das espécies de processo para aplicação das sanções

Artigo 19 - A aplicação das sanções objeto desta Resolução obedecerá ao seguinte:

I - para as sanções previstas nos incisos I a II do artigo 3º, desta Resolução e para a multa de mora será instaurado processo sancionatório;

II - para as sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 3º, desta Resolução, será instaurado processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou

mais servidores estáveis.

§1º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização terão início com o registro da infração.

§2º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instaurados junto ao SEI/SP - Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo - nos termos do Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023, e ser relacionados, apensados ou anexados ao processo principal, de forma que a consulta a ambos possa ser simultânea.

§3º - O processo sancionatório e o processo de responsabilização deverão ser instruídos com as peças extraídas do processo principal identificadas individualmente, evitando a reunião de vários documentos em um único arquivo.

§4º - Com o início do processo sancionatório ou do processo de responsabilização, deverão ser notificados os emitentes das garantias que houver.

Seção II - Do registro da infração

Artigo 20 - Constatada a prática das infrações previstas nesta Resolução, no transcorrer do procedimento licitatório ou durante a execução do contrato, o fato deverá ser relatado formalmente ao Dirigente da UGE para que exerça o controle preventivo e delibere sobre o prosseguimento.

§1º - O relato formal da infração constitui um dever do agente público que tomar conhecimento do fato.

§ 2º - O relato formal da infração deverá conter os seguintes elementos:

- 1 - descrição da conduta irregular praticada pelo licitante ou contratado;
- 2 - motivação do ato, com enquadramento da situação fática às infrações previstas nesta Resolução;
- 3 - memorial de cálculo da multa, com base nesta Resolução;
- 4 - proposta de aplicação das sanções, nos termos desta Resolução.

§ 3º - O relato formal da infração será lavrado em documento digital, por meio do SEI/SP ou outro que venha a substituí-lo.

§ 4º - Compete:

1 - ao agente de contratação, bem como ao presidente da comissão de contratação, conforme o caso, o relato formal da infração cometida durante a licitação.

2 - ao gestor e a qualquer fiscal do contrato o relato formal da infração cometida durante a execução contratual.

§ 5º - Em sendo o relato formal da infração lavrado pelo fiscal do contrato, este deverá ser remetido preliminarmente ao gestor do contrato, para que exerça o controle preventivo do ato.

Seção III - Do processo sancionatório para aplicação de advertência

Artigo 21 - À vista de relato formal sobre inexecução parcial do contrato, sem grave dano à Administração, o dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório para aplicação de advertência.

§ 1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da sanção.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§ 3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

Seção IV - Do processo sancionatório para aplicação da multa prevista no artigo 2º, inciso II desta Resolução e da multa de mora prevista no 3º desta Resolução

Artigo 22 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita à multa ou à multa de mora, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo sancionatório.

§1º - O despacho fundamentado consistirá na conferência e aprovação da aplicação da multa proposta no relato formal.

§2º - Após seu despacho fundamentado o Dirigente de UGE encaminhará os autos ao gestor do contrato, para que intime o interessado para apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento da intimação.

§3º - Expirado o prazo para manifestação do interessado, a autoridade competente proferirá decisão fundamentada.

§4º - Mantida a aplicação da penalidade, o interessado deverá ser intimado para ciência e, se for o caso, para pagamento da multa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação para o recolhimento, devendo comprová-lo nos autos do processo sancionatório.

Seção V - Do processo de responsabilização para aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Artigo 23 - À vista de relato formal sobre a prática de infração sujeita às penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, o Dirigente da UGE determinará, mediante despacho fundamentado, a abertura do processo de responsabilização, nos termos do artigo 19, inciso II desta Resolução.

§1º - O despacho fundamentado consistirá:

- 1** - Na conferência da penalidade proposta no relato formal;
- 2** - Na constituição de comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, de acordo com o artigo 19, inciso II desta Resolução.

§2º - A comissão referida no inciso II do §1º deste artigo:

- 1** - avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- 2** - intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

3 - notificará os emitentes das garantias exigidas no contrato sobre o início do processo de responsabilização para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do artigo 137, § 4º, da LLCA.

Artigo 24 - Se estiverem presentes indícios que recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o interessado ser intimado de ambas as consequências da infração constatada.

Artigo 25 - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o interessado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

Artigo 26 - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Artigo 27 - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 28 - Os processos de responsabilização deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução, à autoridade competente para fins de avaliação da regularidade do seu processamento.

Parágrafo único - Constatada a regularidade, a autoridade competente proferirá decisão, salvo nos casos de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, hipótese em que os autos serão remetidos ao órgão de assessoramento jurídico preliminarmente à decisão do Titular da Pasta.

Seção VI - Dos recursos

Artigo 29 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa, multa de mora e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Parágrafo único - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 30 - Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento pela autoridade competente.

Artigo 31 - O recurso e o pedido de reconsideração suspenderão o ato ou a decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 32 - Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Seção VII - Das intimações

Artigo 33 - A intimação dos atos previstos nesta Resolução será feita ao preposto ou ao representante legal do interessado, conforme o caso, mediante mensagem eletrônica formal por meio do SEI/SP ao endereço de e-mail registrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Parágrafo único - Resultando infrutífera a intimação a que refere o *caput* deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 - A imposição das sanções previstas nesta Resolução não impede a propositura de ação judicial visando à reparação integral do dano causado.

Artigo 35 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Artigo 36 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183 da LLCA.

Artigo 37 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput*

deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 38 - Os atos previstos como infrações administrativas na LLCA ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

Artigo 39 - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na LLCA ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Artigo 40 - Esta Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 41 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

OSVALDO NICO GONÇALVES

Secretário da Segurança Pública

ANEXO V

PLANILHA DE PROPOSTA

Objeto da Contratação: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de ar-condicionado, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

Processo SEI: [informar número do processo] **Data de Preenchimento:** [a ser preenchida pela empresa] **Empresa Vencedora:** [a ser preenchida pela empresa] **CNPJ:** [a ser preenchido pela empresa] **Planilha de Composição de Custos:**

Item	Descrição dos Serviços	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor Total (R\$)	
1	Serviço de ar-condicionado – CPA/M-1, Conforme especificações constantes do Edital e seus anexos.	Unidade	01		
2	Serviço de ar-condicionado – CPC Conforme especificações constantes do Edital e seus anexos.	Unidade	01		
				Valor Total da Proposta	R\$
				Valor Total por Extenso	

Observação: Os valores deverão ser adequados ao valor final da proposta vencedora, quando aplicável, mantendo-se a compatibilidade com os quantitativos e especificações do Termo de Referência.

Dados Bancários

Banco: Banco do Brasil (Necessário para pagamentos por esta pela Administração Pública)

Agência:

Conta Corrente:

Titular da Conta: [a ser preenchido pela empresa vencedora, devendo ser idêntico ao nome da empresa vencedora]

Assinatura da empresa ou de seu representante legal

ANEXO VI

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO VI.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

a) *cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e*

b) *atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.*

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VII

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VII.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA (elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VII.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF
nº _____, na condição de representante legal de
_____ (nome empresarial ou denominação), interessado em
participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o
licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da
licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da
possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a
proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido
no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos
ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer
benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s)
local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VII.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF
nº _____, na condição de responsável técnico de
_____ (nome empresarial ou denominação), interessado em
participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, DECLARO que o
licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que
não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade
de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta
sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido
no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos
ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer
benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s)
local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

1 - Itens da Licitação

Local de Entrega (Quantidade): São Paulo/SP (1)